

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

JESSICA VICTÓRIA LUCAS

**A ESPIONAGEM NORTE-AMERICANA DURANTE A
GUERRA FRIA E O SÉCULO XXI: UM PARALELO
ENTRE O GOVERNO TRUMAN E O SEGUNDO
MANDATO OBAMA**

BAURU
2014

JESSICA VICTÓRIA LUCAS

**A ESPIONAGEM NORTE-AMERICANA DURANTE A
GUERRA FRIA E O SÉCULO XXI: UM PARALELO
ENTRE O GOVERNO TRUMAN E O SEGUNDO
MANDATO OBAMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Me. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2014

Lucas, Jessica Victoria.
L9335e

A espionagem norte-americana durante a Guerra Fria e o século XXI: um paralelo entre o governo Truman e o segundo mandato Obama / Jessica Victoria Lucas. -- 2014.
91f.

Orientadora: Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Governo Americano. 2. Atividade de Inteligência. 3. Teoria Realista das Relações Internacionais. 4. Ferramenta de Poder. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.

JESSICA VICTÓRIA LUCAS

**A ESPIONAGEM NORTE-AMERICANA DURANTE A GUERRA FRIA
E O SÉCULO XXI: UM PARALELO ENTRE O GOVERNO TRUMAN E
O SEGUNDO MANDATO OBAMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção de título de bacharel em Relações Internacionais sob orientação da Prof. Me. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

Prof. Me. Beatriz Sabia Ferreira Alves (orientadora)
Universidade do Sagrado Coração - USC

Prof. Dr. Daniel Freire e Almeida
Universidade do Sagrado Coração - USC

Prof. Me. Verônica Scriptorre Freire e Almeida
Universidade do Sagrado Coração - USC

Bauru, 04 de Dezembro de 2014.

Aos meus pais, por todo amor, carinho e incondicional apoio ao longo de toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me concede a cada dia uma nova experiência, com saúde, força, determinação e alegria de viver.

A minha orientadora Beatriz, pelo apoio e incentivo no curto espaço de tempo para a elaboração, desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Por não me deixar desistir e principalmente pela paciência, ajuda e disposição para corrigi-lo.

Ao Professor e coordenador Dr. Daniel, pelos anos de dedicação e empenho na construção do curso de Relações Internacionais da Universidade Sagrado Coração.

A Professora Me. Verônica, por aceitar fazer parte da banca e pelo conhecimento transmitido durante o período de graduação.

A Primeira Turma de Relações Internacionais, pelos anos de amizade, companheirismo e batalha até chegarmos até aqui.

Aos meus bons amigos, pela compreensão e paciência neste período de sumiço e falta de atenção.

As minhas inseparáveis amigas durante a graduação, que sem dúvidas vão permanecer sempre, Daniely e Bárbara, pelas palavras de carinho, amizade, apoio, confidências... E a Claudia, que mesmo longe está presente em todos os momentos.

A minha mãe e ao meu pai, por acreditarem sempre em mim e tornarem todos meus sonhos possíveis. Por todo amor, carinho e dedicação, não somente nesta jornada, mas por toda a vida.

A todos que direta, ou indiretamente estiveram presentes durante todo esse percurso.

Sê vigilante e esclarecido. Mostra, no exterior, segurança, simplicidade e impassibilidade. Fica sempre de sobreaviso, embora aparentes serenidade. Desconfia de tudo, apesar de pareceres confiante. Sê extremamente secreto, embora pareças fazer tudo a descoberto. Suz Tzu

RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar como a atividade de inteligência tem se destacado ao longo de sua história e principalmente na condução do governo norte-americano, traçando um paralelo entre o período de Harry Truman, marcado pelo início da Guerra Fria e o desenvolvimento das agências secretas, com os vazamentos das espionagens durante o governo de Barack Obama no século XXI. Para que essa análise seja possível será observado como a teoria realista e seus precursores contribuíram para um maior entendimento do cenário internacional e das ações dos dirigentes ao longo dos anos, além de demonstrar como esses conceitos ainda podem ser vistos até os dias de hoje. As semelhanças e diferenças entre os dois chefes de Estado e as mudanças ocorridas no cenário internacional serão avaliadas para uma maior compreensão de como a espionagem é utilizada como ferramenta de poder para o governo americano e sua justificativa para infringir a soberania de outros Estados.

Palavras-chave: Governo Americano. Atividade de Inteligência. Teoria Realista das Relações Internacionais. Ferramenta de poder.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate how intelligence activity has been highlighted along its history and especially in the conduct of the US government, drawing a parallel between the period of Harry Truman, marked by the beginning of the Cold War and the development of secret agencies with leaks of spying for the government of Barack Obama in the XXI century. For this analysis it can be seen as a realist theory and its precursors have contributed to a greater understanding of the international scene and the actions of the leaders in the years soon, and demonstrate how these concepts can still be seen to this day. The similarities and differences between the two heads of state and changes in the international scenario will be evaluated to a greater understanding of how espionage is used as a power tool for the US government and its justification to infringe the sovereignty of other states.

Keywords: American Government. Intelligence activity. Realist Theory of International Relations. Power tool.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
	CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTELIGÊNCIA.....	13
2.1	Contexto Histórico	14
2.2	Conceituando Inteligência	18
2.2.1	A Inteligência norte-americana	19
2.3	A Espionagem nas Grandes Guerras	21
2.4	As Atividades de Inteligência na Guerra Fria.....	24
2.5	A Segurança Internacional no Pós Guerra Fria	27
	CAPÍTULO 3 – TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	29
3.1	O Realismo e suas premissas básicas	29
3.2	O Realismo segundo Hans Morgenthau	34
3.3	O Realismo estrutural ou neorealismo de Kenneth Waltz	36
3.4	O debate Realista acerca do conceito de Segurança Internacional	37
3.5	O Retorno ao Realismo no século XXI.....	39
3.6	O Paradigma Realista e a Análise da Inteligência	41
	CAPÍTULO 4 – O GOVERNO TRUMAN	43
4.1	O fim da Segunda Guerra Mundial	44
4.1.1	A dissolução do <i>Office Strategic Services - OSS</i>	47
4.2	A Guerra Fria e a Política de Contenção de George Kennan	47
4.3	A Doutrina Truman.....	51
4.4	O Plano Marshall e o COMECON.....	52
	CAPÍTULO 5 – O GOVERNO OBAMA.....	56
5.1	Um Panorama	57
5.2	Política Externa.....	60
5.2.1	Guantánamo	63
5.3	Polêmica WikiLeaks	64
5.4	O Caso Snowden.....	66
	CAPÍTULO 6 – UMA COMPARAÇÃO ENTRE TRUMAN E OBAMA.....	70
6.1	Semelhanças e Diferenças entre os Governos	70

6.2 A Importância da Inteligência na política norte-americana	73
6.3 A utilização do discurso anti-terrorista como ferramenta de poder	75
6.4 A justificativa norte-americana para o uso da espionagem	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1 INTRODUÇÃO

A espionagem entre os Estados apesar de ser uma prática milenar, ganhou grande destaque durante a Guerra Fria. Em uma incessante busca, principalmente pela tecnologia nuclear, os Estados Unidos e a antiga União Soviética desenvolveram agências secretas na intenção de monitorar e auxiliar as decisões dos chefes de Estados. A interceptação de informações vem sendo praticada principalmente pelos grandes polos de poder, como é o caso dos EUA e apesar de não ser uma questão nova no cenário internacional, ganhou maior importância após as divulgações feitas pelo ex-analista Edward Snowden, tornando públicos documentos sigilosos que descreviam e comprovavam a prática na atualidade. O objetivo desta pesquisa é demonstrar como a atividade de inteligência foi apropriada pelo governo norte-americano traçando um paralelo entre os governos de Truman e Obama, salientando as suas diferenças e observando as suas semelhanças.

Este trabalho surge da intenção de demonstrar como a atividade de inteligência, um tema pouco comentado até os últimos acontecimentos, influenciou e vem influenciando decisões políticas, econômicas e tecnológicas desde a antiguidade. Para tanto, a metodologia escolhida será a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos, pesquisas e conceitos de autores renomados dentro das Relações Internacionais, artigos científicos e notícias dos acontecimentos mais recentes, pela falta de publicações em virtude da contemporaneidade do assunto.

A globalização e o desenvolvimento tecnológico influenciaram grandes modernizações no que diz respeito aos aparatos utilizados para estes fins. O fácil acesso aos dados de todo o globo por meio da internet, possibilita que a informação se propague muito mais rápido do que há alguns anos atrás, facilitando a interceptação feita pelas agências de inteligência. Neste contexto e com os recentes casos envolvendo a polêmica do WikiLeaks e as divulgações de Snowden, a elaboração de trabalhos científicos que abordem a evolução do tema, torna-se de suma importância.

No primeiro capítulo, trataremos do contexto histórico das atividades de inteligência e seu uso em alguns momentos da história para uma maior compreensão de como se deu a evolução em cada período, até chegarmos às Grandes Guerras e a Guerra Fria, onde ocorreu sua fase mais importante e de maior desenvolvimento para as agências de inteligências. O conceito de inteligência, apesar de muito particular entre os autores, auxiliará para uma maior reflexão da importância e abrangência acerca do tema envolvido. E no último momento

abordaremos a questão da segurança no pós-Guerra Fria, certamente um divisor de águas nas Relações Internacionais e na maneira de conduzir os Estados e a política externa.

O conflito marcado pela bipolaridade mundial ocasionou um notório desenvolvimento e utilização dos serviços secretos. A infiltração de espiões em território inimigo beneficiou as nações que faziam uso deste artifício para descobrirem possíveis ações e intenções dos governantes. Após quatro décadas, o cenário que se estabelece após o conflito é caracterizado pela forte influência do governo americano em todo o mundo, influência esta que será tratada ao longo do trabalho.

No segundo capítulo foi realizada uma apreciação da Teoria Realista das Relações Internacionais, passando pelos autores que deram origem a corrente e estabeleceram conceitos que mais tarde seriam adotados como pilares do realismo. Suas contribuições para a compreensão do cenário internacional e das ações dos dirigentes serviram para estruturar e embasar o tema de análise deste trabalho. O realismo de Hans Morgenthau e o neorealismo de Kenneth Waltz são de suma importância para a compreensão das atividades de inteligência, que permitem aos Estados darem continuidade por essa busca pelo poder, que os acompanha desde a antiguidade.

O conceito de segurança internacional será tratado por meio do debate realista, principalmente pelas apreciações de Morgenthau e Waltz. Este tópico nos permitirá compreender a natureza anárquica do sistema internacional, a relação de poder dos Estados, e as possibilidades de garantirem sua segurança. Neste contexto ainda será trabalhada a questão do retorno realista no século XXI, suas diretrizes e uma possível substituição pela democracia liberal. Por fim, no último tópico deste capítulo, será observada a teoria realista com a análise de inteligência, principalmente na evolução histórica.

O terceiro capítulo dará início às análises dos governos que servirão como objeto de estudo para o presente trabalho. Para isso, buscou-se apreender as condições do cenário internacional durante a posse de Harry Truman e a maneira como conduziu o final da Segunda Grande Guerra, seguido da eclosão da Guerra Fria. As políticas adotadas para fazer frente ao perigo socialista e a expansão do comunismo pela Europa, impulsionaram a criação de agências secretas, como a CIA, englobando a importância da atividade de inteligência para as tomadas de decisões da política externa.

A política de contenção, a Doutrina Truman, o Plano Marshall e a criação do COMECOM marcaram a maneira como Truman conduziu sua política, classificada fortemente anticomunista. Serão explicadas essas medidas e quais suas ligações com a atividade de inteligência e as tomadas de decisões frente ao perigo eminente de guerra.

No quarto capítulo será feito um panorama do governo Obama, focando na maioria das vezes no seu segundo mandato, com uma breve retrospectiva da sua campanha e a forte oposição a Era Bush. Com o discurso de mudança e as diretrizes opostas à chamada “guerra ao terror” inaugurada por seu antecessor, discutiremos a diferença entre a retórica e a prática de suas ações já estabelecidas como presidente norte-americano. Neste seguimento, não poderíamos deixar de abordar a questão da prisão Guantánamo com as promessas em época eleitoral e as efetivas mudanças em seus mandatos, assunto responsável por inúmeros debates na agenda internacional e organizações de direitos humanos.

Partindo para a questão da espionagem e atividade de inteligência, será estudado o caso dos vazamentos de documentos secretos ao site WikiLeaks e o projeto Cablegate, o maior caso de documentos já vazados da história, revelando pedidos feitos diretamente pela ex-secretária de Estado Hillary Clinton. As investigações sofridas por Julian Assange e as acusações do WikiLeaks ser uma organização terrorista também serão abordadas para um maior entendimento da dimensão do caso.

Por fim, a última sessão deste capítulo se destina às denúncias do ex-agente da CIA, Edward Snowden, comprovando a prática da espionagem em massa que o governo norte-americano vem praticando há anos, desrespeitando o Direito Internacional e infringindo a soberania dos Estados, organizações e até populações civis. A surpresa deste episódio vem ao descobrir que o atual presidente americano Barack Obama, em vez de parar as atividades, tem intensificado as áreas de alcance para países amigos e chefes de outros Estados.

A análise comparativa entre os dois governos é feita no quinto e último capítulo. As diretrizes adotadas em relação à política, a mudança do cenário internacional e a continuidade do uso das atividades de inteligência são pontos consideráveis para a conclusão desta análise. Observamos também a importância da inteligência ao decorrer da história americana, no governo Truman e Obama, traçando sempre que possível os pontos iguais e divergentes. As semelhanças e diferenças são apontadas em seguida, sendo ponto de extrema importância para a comparação entre ambos os governos. Neste ponto é de extrema importância o cenário em ambas as épocas para uma maior compreensão do uso da atividade de inteligência comandada pelos governantes em questão.

A utilização do discurso anti-terrorista inaugurado por Bush, vem sendo adotado por Obama como meio de justificativa para os abusos e intervenções cometidas pelo governo norte-americano, além deste, englobaremos também a justificativa americana para o recente uso da espionagem.

CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTELIGÊNCIA

As atividades de Inteligência¹ sempre estiveram presentes na história, afetando diretamente as relações entre os mais diversos povos. Com um maior destaque na modernidade, estas atividades tem desempenhado papel de suma importância na esfera das relações internacionais², principalmente a partir do século XX.

Ao decorrer da história da humanidade, as relações internacionais fundamentaram-se em dois princípios básicos: o comércio e a guerra. Para garantir a eficácia desses princípios, o conhecimento sobre a outra nação era de extrema importância. Na antiguidade ou no mundo moderno, os atores internacionais, para afirmar sua segurança, adquirir um papel de maior destaque e inserção no sistema internacional, tem a necessidade de conhecer as possíveis ameaças, obtendo informações que lhes permitam estar sempre à frente, orientando sua decisão no âmbito internacional.

Essa necessidade de conhecer o “inimigo” para proteger-se, é um aspecto característico ao ser humano para garantir sua sobrevivência. As relações de poder estão diretamente ligadas a este aspecto, uma vez que as decisões do dirigente dependem deste conhecimento prévio para a realização da política interna ou externa, tornando fundamental a atividade de inteligência.

Sem crise, não há disciplina acadêmica. Como o próprio E. H. Carr ressaltou, as RI [abreviado no Original], como todos os assuntos acadêmicos, emergiram como uma disciplina acadêmica por causa de uma crise particular na sociedade moderna, no caso, uma crise na relação entre os Estados. Se não foi necessária uma disciplina distinta durante o período de longa paz entre as grandes potências do século dezenove, certamente esta necessidade passou a existir de agosto de 1914 em diante: as RI responderam, assim como fizeram a economia, a sociologia e a geografia às demandas contemporâneas. Isto não significa que as ‘relações internacionais’, como realidade ou como um conjunto de idéias, originaram-se da Primeira Guerra Mundial, mas sim que este foi um ponto na história onde um tipo particular de reflexão sobre este tema foi institucionalizado: o subsequente desenvolvimento da teoria e do uso da história, seja sobre as relações interestatais ou sobre as idéias sobre estas relações, serviram para iluminar as preocupações do presente³

A Primeira Guerra Mundial no âmbito das relações internacionais renova o interesse pelas relações entre os Estados, demonstrando que a ampliação do comércio mundial e a

¹ Entre diversas definições para o termo, Marco A. C. Cepik (2003, p. 27) classifica que “inteligência é toda a informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer”. Para maiores informações, vide item 1.2 deste trabalho.

² O termo Relações Internacionais mediante o uso das iniciais maiúsculas refere-se ao nome da disciplina como área acadêmica, com iniciais minúsculas refere-se ao objeto de conhecimento.

³ The future of international relations: fears and hopes. In: SMITH, Steve, BOOTH, Ken e ZALEWSKI, Marysia (Ed.). International theory: positivism & beyond. Cambridge: Cambridge U. P., 1996. p. 318.

indústria não eram capazes de aniquilar completamente as guerras. Como visto a vinculação das Relações Internacionais⁴ aos problemas presentes, as polêmicas observadas pelos analistas sempre estiveram ligadas as questões que dominavam o cenário internacional.

Em um ambiente hostil e caracterizado pela insegurança dos Estados, a busca pela informação adquire uma maior importância nas ações dos governantes, e a atividade de inteligência neste contexto, mostra-se essencial para o processo decisório nas esferas públicas. Devido ao desenvolvimento e destaque que a atividade tem exercido durante a História das Relações Internacionais, abordaremos neste primeiro capítulo um breve contexto histórico de tais práticas desde seus primeiros relatos; em seguida conceituaremos o termo inteligência para uma maior compreensão ao longo do trabalho. Analisaremos o uso da inteligência para os norte-americanos e o desenvolvimento das agências de maior destaque e suas influências nas diretrizes das Grandes Guerras e Guerra Fria. Feito isto, consideraremos sua conjuntura no cenário pós Guerra Fria e a importância na esfera das relações internacionais.

2.1 Contexto Histórico

A atividade de Inteligência é tão antiga quanto à origem da humanidade. A busca pelo poder e pelo conhecimento é algo inerente ao ser humano e pode ser analisada através do estudo da evolução histórica das relações internacionais. Ainda que, sob o ponto de vista histórico, o surgimento da escrita tenha sido o maior condutor da atividade de inteligência, esta atividade era praticada por povos anteriores por meio de outros mecanismos, como por exemplo, sinais de fumaça, sons de tambores ou mesmo pinturas e símbolos. Desde os tempos remotos, tais práticas eram consideradas como um influente meio para o estabelecimento de estratégias garantia de poder e domínio sob os demais indivíduos.

As primeiras descrições são encontradas desde a mitologia grega ao Velho Testamento Bíblico. Conforme a Abin (2005), por volta do século XII a.C, Argus criou uma rede de espiões para proteger suas mensagens, tornando-se o pai da inteligência e após sua morte, um semideus. No Velho Testamento, podemos observar passagens que se referem à existência de espiões, por exemplo, o pedido do Senhor a Moisés, para que enviasse homens a Canaã para espiar e relatar os dados observados naquela terra.

Em *A Arte da Guerra*, por volta de 544 a 496 a.C, o general chinês Sun Tzu em seu “manual” traz ensinamentos referentes ao uso da atividade de inteligência e sua extrema

⁴ A primeira escola das Relações e Políticas Internacionais foi criada na Universidade de Gales, Aberystwyth em 1919, Cátedra Woodrow Wilson.

importância no desenrolar da guerra. O general aponta que a vitória alcançada pelo soberano e seu comandante é devido ao conhecimento prévio obtido por espiões, que estes, tornam-se uma arma mágica para a derrota do inimigo.

Em Roma, segundo Sheldon (2000) até a época de Júlio César durante o século I a.C, as organizações responsáveis pelo sistema de inteligência, tinham caráter privado e eram controladas por senadores, políticos e comerciantes. Keegan (2006) relata a importância atribuída por Júlio César à inteligência e a coleta de informações, acumulando conhecimentos importantes e utilizando estes meios para derrotar seus inimigos.

Na Idade Média, os grandes Impérios do Oriente herdaram de Roma os conhecimentos relacionados à inteligência. O Império Bizantino, por exemplo, tinha uma forte preocupação com a segurança interna e externa, desenvolvendo assim um sistema que fornecia informações do mundo muçumano, que foram os maiores inimigos dos bizantinos. Apesar de a inteligência ser fundamental para os Impérios da Idade Média, os senhores feudais não contavam com os serviços, pois eram incapazes de empregar tais práticas contra as ameaças.

O sistema de inteligência romano foi substituído pelo da Igreja Católica Apostólica Romana, voltando-se para a segurança doméstica para perseguir e punir os adversários da Igreja. A “Santa Inquisição”, o poder do confessor, o monopólio do conhecimento e do acesso junto com o controle das comunicações, formavam os quatro pilares que compunham a inteligência da Igreja⁵.

Esses são exemplos que mostram a importância da atividade de inteligência no mundo antigo e na Idade Média, na Era Moderna a atividade também se consolida mais forte devido o surgimento dos Estados. A contra-inteligência tornou-se fundamental durante este período.

“[...] o surgimento dos serviços de inteligência modernos foi predominantemente um fenômeno causado por atos internacionais. Os reis e ministros dos Estados europeus modernos, em seu processo de competição com outros governantes e no esforço de implementar sua dominação sobre territórios e populações cada vez mais amplos, mobilizaram recursos e fundaram organizações especializadas na obtenção de informações. A criação de serviços secretos (mais tarde conhecidos como serviços de inteligência) foi uma das respostas às necessidades mais gerais dos governantes em termos de redução dos custos de transação associados à obtenção de informações.” (CEPIK, 2003, p. 79)

Neste período, o grande marco para a atividade de inteligência está relacionado à ascensão de Elizabeth I na Inglaterra e o governo do Cardeal Richelieu que conforme Abin (2005) “fundou na França o Gabinet Noir, que monitorava as atividades da nobreza, e Sir

⁵ Hughes-Wilson, pp. 44-45.

Francis Walsingham (1537-1590) frustrou os empreendimentos de Mary Stuart e Felipe II, ambos católicos, contra a coroa inglesa de Elizabeth I, protestante, por meio do serviço de inteligência”. A inteligência após essa época passa a ser uma questão essencial aos interesses do Estado Inglês:

Na Inglaterra, as redes de agentes controladas quase que pessoalmente pelo Secretário de Estado continuaram a existir muito depois da morte de Sir Walsingham em 1590, tanto sob Cromwell como depois da Restauração e da Revolução Gloriosa (1688), indicando que as atividades de inteligência eram tidas como necessárias à afirmação da autoridade do Estado nacional emergente e não meramente um capricho dos diferentes regimes políticos” (CEPIK, 2003, p. 83).

Na França, o Cardeal Duque de Richelieu (1585-1642), responsável pelo desenvolvimento da atividade de inteligência, contribuiu para que o país se torne hegemonia da Europa nos séculos XVII e XVIII. Entretanto não era o único país a fazer uso da atividade, as disputas faziam aumentar a necessidade de informações sobre os rivais cada vez mais. Para Cepik (2003), os serviços de inteligência são resultados da estratégia para que os governantes vencessem as guerras e em um ambiente altamente competitivo e incerto se fazia cada vez mais necessário para a compreensão das intenções dos rivais.

Nos EUA, a atividade foi utilizada em grande escala durante a guerra de independência⁶. George Washington a conhecia e a utilizava para as tomadas de decisões. Ela ocupa papel de destaque na condução da política desde o nascedouro dos EUA, ganhando maior destaque e relevância a partir da segunda metade do século XX, abordaremos esse tema em outros tópicos deste trabalho.

Durante a Alemanha de Bismarck⁷, no século XIX, a importância da inteligência ganha novos rumos nos anos que antecedem a Grande Guerra. O Chanceler conhecia e valorizava a atividade e dava grande importância ao uso deste recurso mesmo nos períodos de paz. Bismarck patrocinou o desenvolvimento de um sistema para garantir a segurança interna e defender os interesses do Reich⁸ por décadas.

Wilhelm Stieber⁹ (1818-1892), neste período torna-se o mestre da atividade de inteligência alemã. Após relatar a eficiência de Stieber, Bismarck o nomeia chefe do

⁶ A Guerra da Independência (1775-1783) teve início entre a Grã-Bretanha e as Treze Colônias, estendendo-se para uma guerra entre os britânicos e os recém-formados Estados Unidos. Resultou-se na vitória americana e o reconhecimento europeu da independência dos EUA.

⁷ Otto von Bismarck, o chanceler de ferro, foi o estadista mais importante do século XIX.

⁸ Império Alemão.

⁹ Wilhelm Stieber graduou-se em direito e inicia a vida no serviço público como inspetor de política em Berlim em 1844. Participou de diversas missões até cair na graça de Bismarck após ter evitado o assassinato do Chanceler pelo russo Bakunin.

Escritório Central de Inteligência do Estado, que mais a frente construiria o sistema de segurança e inteligência prussiano. Desenvolveu uma rede de informantes com cerca de quarenta mil integrantes que garantiriam a segurança interna do Estado. As contribuições de Stieber tornou-se um divisor de águas para a atividade de inteligência da época. A *Realpolitik*¹⁰ de Bismarck sem a inteligência para assessorar suas tomadas de decisões certamente não teria tanto êxito.

No que antecede a I Guerra Mundial, durante o final do século XIX, o desenvolvimento dos serviços secretos na Rússia foi de extrema relevância. Foi criada em 1881, a primeira escola de inteligência (Casa de Ukrainev), princípio de criação para a Okhrana¹¹, política secreta russa, que tinha como função proteger a família imperial. Com o crescimento dos movimentos revolucionários, o órgão passou a operar em outras cidades em busca de informações. Okhrana é um exemplo de grande importância para ilustrar que na medida em que as revoluções difundiam-se pelo globo, os serviços de inteligência modificavam-se para acompanhar tal expansão.

Nos períodos das Grandes Guerras (1914-1945) houve uma grande modernização da atividade, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias e a institucionalização dos órgãos de inteligência. No que diz respeito às origens da inteligência como sistema organizacional institucionalizado, Cepik (2003, p. 86) relata que “as primeiras organizações permanentes e profissionais de inteligência e de segurança surgiram na Europa moderna a partir do século XVI [...] no contexto da afirmação dos Estados nacionais como forma predominante de estruturação da autoridade política moderna”.

As transformações e evoluções verificadas na sociedade desde a antiguidade conduziram a necessidade de um maior aperfeiçoamento desta prática pelos Estados, servindo como atividade básica para as decisões dos mais variados campos de atividade política, econômica e estratégica. Nas últimas décadas discutiu-se muito a respeito do serviço de inteligência e suas diretrizes, principalmente na condução de uma política nacional e externa. Os usos destes meios ainda são bastante questionados, assunto que abordaremos mais adiante, porém sua prática pelos Estados que dispões destes mecanismos ainda são utilizados em grande escala, gerando uma sensibilidade entre Estados na esfera das relações internacionais.

¹⁰ A *Realpolitik* refere-se à política de poder, a manutenção da segurança do Estado em um ambiente hostil, onde o poder e a política de poder são vistas como o principal objetivo do líder. Foi adotado por Bismarck como política externa por todo seu legado.

¹¹ *Okhrannoye otdeleniye* (Departamento de Segurança).

2.2 Conceituando Inteligência

A atividade de Inteligência é um termo bastante amplo que engloba a coleta, análise e produção de conhecimentos sensíveis aos governos, visando dar suporte aos líderes de segurança nacional e tomadores de decisões, sejam militares, políticos, etc. É a capacidade que as agências têm de coletar, analisar e distribuir as informações para respostas aos questionamentos dos líderes governamentais. Podemos classificar a inteligência como a visão do mundo em que se vive; um exercício prévio capaz de interferir nas decisões e ações. As agências fornecem informações conforme as necessidades exigidas e auxiliam seus usuários a linhas de ações alternativas.

Apesar da necessidade dos governantes de conhecer o adversário, as bases atuais das instituições de inteligência surgiram somente a partir do século XIX. Segundo Herman (1996) e Cepik (2003) as origens das atuais instituições de inteligências remontam necessariamente a três pontos: diplomacia, guerra e policiamento.

A diplomacia apresenta-se com o surgimento das embaixadas no exterior, estas como coletoras naturais de informações e o nascimento do conceito de estado nacional. Com o estabelecimento de embaixadas no território estrangeiro, a coleta de informações e o recrutamento de informantes para obter dados sobre os planos de Estados, tornam-se mais acessíveis. Surgindo assim, as primeiras agências voltadas para a coleta externa de informações.

Nos casos de guerra, os governantes e oficiais de exército, tem a necessidade de conhecer as ações e planos dos inimigos, tais como suas intenções, localizações físicas e de tropas. Em um conflito bélico, essa necessidade adquire uma maior urgência, e a necessidade de conhecer as ações do inimigo aumentam. O policiamento origina-se na primeira metade do século XIX, na Europa, devido à ameaça dos movimentos inspirados na Revolução Francesa e o movimento operário anarquista e socialista.

Para Sherman Kent (1967, p. 7), fundador do Diretório de Análise da CIA inteligência “[...] é o conhecimento necessário aos civis e militares que ocupam as mais altas posições, para salvaguarda do bem-estar nacional [...] vitais a sobrevivência nacional”. Kent também observa as dificuldades encontradas para a obtenção deste tipo de informações:

Tratando outra vez da procura de conhecimentos sutis, defrontamos frequentemente com grandes obstáculos em nosso caminho. Essas barreiras são propositalmente colocadas por outras nações e, para ultrapassá-las, torna-se necessário o emprego de métodos em geral não familiares a qualquer pessoa. Nesses métodos está

compreendida uma terceira espécie de extensão, a que conduz ao campo das investigações clandestinas. (SHERMAN KENT. 1967. p. 8).

A inteligência trata-se de toda informação coletada que serve para respaldar as tomadas de decisões de um governante. Os conceitos de inteligência abrangem uma vasta definição variando particularmente de autor para autor, porém, podemos concluir que a inteligência busca reduzir as incertezas dos conflitos entre Estados, governos e organizações, objetivando informações que o oponente insiste em ocultar¹².

2.2.1 A Inteligência norte-americana

Os confrontos militares e políticos das últimas décadas são notórios nos Estados, por esta razão, praticamente todos os governos estruturaram e desenvolveram serviços de inteligência, sejam as principais potências como os Estados Unidos, União Soviética, China ou até pequenos países como Brasil e Argentina. Os Estados Unidos da América desenvolveram seu moderno serviço de inteligência com o *Office of Strategic Service* – OSS¹³, em 1941, durante a presidência de Franklin Roosevelt¹⁴. Em 1947, os norte-americanos criam a Central Intelligence Agency - CIA¹⁵, para auxiliar a promoção dos interesses estadunidenses pelo mundo e coletar informações relevantes aos seus interesses nacionais.

A CIA torna-se o principal órgão no combate à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, em uma disputa bipolar na busca pelo poder e influência mundial. O combate foi marcado pelo enfrentamento com partidos esquerdistas, principalmente pelos Partidos Comunistas. A alternativa encontrada por estrategistas americanos ao considerarem uma possível confrontação nuclear entre as potências em caso de guerra total consistiria na promoção de confrontos classificados de baixa intensidade em diversos países do globo, no entanto, sem entrarem diretamente em guerra.

A partir dessa lógica, os serviços secretos tornam-se o principal meio para a identificação e eliminação de supostos inimigos internos e externos ao governo norte-americano. As agências além de coletarem ativamente informações diversas em detrimento a sua política externa, também atuam influenciando ações externas a partir das ações descobertas. Além destes, o sistema de inteligência norte-americano conta com a atividade de

¹² Brito, 2006, p.23

¹³ Escritório de Serviços Estratégicos (tradução nossa).

¹⁴ Franklin Delano Roosevelt presidente dos Estados Unidos de 1933 a 1945. Durante seu mandato, enfrentou o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ Agência Central de Inteligência, criada pelo presidente Truman a partir do National Security Act of 1947.

contra-inteligência, que busca defender esse sistema da espionagem de outros países, penetrando em serviços estrangeiros e manipulando suas percepções.

Para a doutrina de inteligência da CIA¹⁶, um Estado deveria desenvolver dois tipos de política externa para sobreviver em um ambiente hostil: a política construtiva e positiva, ou seja, ações de um país para moldar o mundo conforme seus interesses, e a política de segurança nacional, defesa contra ações de outros países. O serviço de inteligência externa, para assessorar a política positiva do Estado deve fornecer informações, por exemplo, de como o outro país receberá a política e suas vulnerabilidades e capacidades de contenção. No âmbito da política de segurança nacional, devem-se analisar suas estratégias, como meios de ataques e pretensões políticas.

A coleta de inteligência positiva da CIA passou a trabalhar com grupos de representantes dentro das embaixadas norte-americanas espalhadas pelo mundo. A respeito do tipo de informação indispensável à inteligência externa Sherman Kent (1967, p. 18) afirma que, “[...] alguns desses conhecimentos podem ser adquiridos através de meios clandestinos, mas o grosso deles deve ser obtido pela pesquisa e obtenção de dados ostensivos e amplamente divulgados [...]”.

Os Estados Unidos como potência no cenário pós-Segunda Guerra Mundial tinham vastos interesses políticos e comerciais. Para facilitar a coleta e análise, foram criados pela CIA, grupos especializados em regiões estratégicas, bem como em temas relevantes, como por exemplo, o terrorismo. Para o desenvolvimento dos meios de coleta humana, os estadunidenses investiram fortemente em ações de captação de funcionários públicos e políticos.

No que diz respeito ao treinamento de policiais, a CIA em 1952, cria a *International Police Services*¹⁷ - IMPOLSE, uma empresa de caráter privado, que segundo Huggins (1998) permitiu “[...] avaliar estagiários estrangeiros quanto à orientação pró- Estados Unidos, o que poderia permitir a CIA recrutá-los posteriormente aos seus serviços”.

Ainda em 1952, no dia 04 de novembro, o governo dos EUA fundou a *National Security Agency*¹⁸ - NSA, agência especializada na coleta externa de inteligência de sinais¹⁹. Inteligência esta que o governo americano aprenderia muito durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. A NSA, em 1961 com sua rápida expansão já teria quebrado o

¹⁶ Kent, 1967, p.20

¹⁷ Serviço de Polícia Internacional (tradução nossa).

¹⁸ Agência de Segurança Nacional (tradução nossa).

¹⁹ A Inteligência de sinais, conforme Cepik (2003) trata-se da interceptação, decodificação, tradução e análise de mensagens por uma terceira parte além do emissor e do destinatário.

sistema de cifras de mais de quarenta nações, entre elas as soviéticas. A NSA desenvolveu diversos programas de coleta de informações ao redor do mundo, nos quais uma parcela significativa destes era voltada a interceptação de informações dos países aliados.

Conforme Singh (2001, p. 273) “[...] a NSA emprega mais matemáticos, compra mais equipamentos de computação e intercepta mais mensagens do que qualquer outra organização no mundo. É a líder mundial no que se refere à escuta”.

2.3 A Espionagem nas Grandes Guerras

Durante o século XX, a atividade de inteligência alcança seu ápice. Os serviços secretos nunca estiveram tão presentes nas relações entre os povos, condicionando as políticas internas e externas dos Estados. Embora a atividade de inteligência seja conhecida e utilizada desde os tempos remotos, foi durante o “século dos espões” que ganha uma maior abrangência, profissionalização e destaque no meio internacional.

Com o desenvolvimento das relações internacionais houve uma maior necessidade do fortalecimento dos serviços secretos, das técnicas e coletas de dados como meio de inteligência dos governos. No século XX, a História das Relações Internacionais é fortemente marcada pela atividade de inteligência. Abordaremos desde as atividades produzidas na guerra de 1914-1918, o fortalecimento da inteligência interna no período entre-guerras, seguido pela luta nas sombras da II Guerra Mundial e a intensidade do uso da espionagem no conflito bipolar que perdurou por mais de quatro décadas, afetando a conduta dos atores no cenário internacional e suas decisões principalmente a respeito das guerras.

Os efeitos de destruição em solo europeu, marcado pela Primeira Guerra Mundial, influenciaram grandes sofisticções à tecnologia militar utilizada antes da eclosão da guerra. Neste período, as atividades de inteligência diante de um cenário sensível fomentaram a intensa utilização de espões, agentes e informantes por parte dos governos, ou mesmo a inteligência tecnológica, com a interceptação de informações, por exemplo. Neste contexto, o emprego das atividades de inteligência e os serviços secretos já apontavam sinais do quão importante seria a questão da inteligência nas relações internacionais no século XX.

A centralização da atividade de inteligência estadunidense sempre se manteve a cargo da polícia federal, o FBI²⁰, uma das organizações mais antigas dos EUA fundada em 1908 que assumiu durante os anos vinte, o combate à espionagem dentro de solos americanos. Já na

²⁰ Federal Bureau of Investigation –FBI

década de trinta, com a expansão de organizações nazistas dentro dos Estados Unidos, o presidente Roosevelt determinou que o FBI investigasse os setores nazistas americanos²¹. Com o redesenho das relações de poder no pós-guerra, a União Soviética e seus países satélites foram tidos como inimigos declarados, reestruturando a contra inteligência do FBI. A contra-espionagem acompanhavam principalmente as investigações e operações contra possíveis ações de espionagem do bloco soviético, em particular do KGB²² (Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti).

A espionagem nos anos de 1914-1918 foi fundamental no desenrolar da guerra. Nas vésperas do dia em que o serviço secreto do Kaiser²³ declararia guerra à França, 03 de agosto de 1914, já era de conhecimento britânico que o conflito se instauraria na Europa. O *Security Service* após passar um telegrama com ordem de prisão às autoridades do país, 22 suspeitos de espionagem alemã foram presos e no dia 4 de agosto, o Kaiser já não possuía nenhum espião em atividade dentro do Reino Unido. Diante disso, Guilherme II mandou que enviassem novos agentes para a Grã-Bretanha, tentativa esta frustrada, uma vez que não haviam espiões preparados para esta missão. Sem a presença de espiões alemães dentro do território britânico, a *British Expeditionary Force* – BEF²⁴ desembarcou no continente europeu e foi enviada a Bélgica sem o conhecimento do Alto Comando Alemão, impedindo um possível avanço germânico.

A atividade de inteligência durante os conflitos esteve impreterivelmente ligada a acontecimentos marcantes durante a Grande Guerra, como a entrada dos EUA e a saída da Rússia. Com a chegada de Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924) no poder e o estabelecimento do governo bolchevista²⁵, a inteligência alemã estabeleceu um acordo com Lênin para que pudessem chegar ao território russo e liderar a revolução, em troca, o líder bolchevique assinaria a paz com a Alemanha.

No período entre-guerras, que perdurou de 1919 a 1939, a atividade de inteligência desenvolveu em países como os EUA e Grã-Bretanha a *Security Intelligence*, voltada a segurança doméstica²⁶. Os governos de todo o mundo estavam focados no fortalecimento de suas inteligências, para uma maior defesa do Estado nacional. Em contra partida outros países

²¹ Huggins, 1998, p. 58

²² Godson, 2004, p. 74-77

²³ Guilherme II, o novo imperador da Alemanha depois de Bismarck, era conhecido como Kaiser.

²⁴ Força Expedicionária Britânica (tradução nossa). Exército criado no começo do século XX, após a Segunda Guerra dos Barões, foi usado para combate durante a IIGM.

²⁵ O governo bolchevique de Lênin defendia a delegação do poder político nas mãos dos soviéticos e a instalação de uma ditadura.

²⁶ A segurança doméstica engloba um dos muitos meios de atividade de inteligência. Refere-se a segurança interna do país.

estavam preocupados com financiamentos aos grupos de extrema esquerda e direita planejando derrubar o regime e instaurar um Estado autoritário, principalmente a URSS e Alemanha nazista.

Durante o período entre-guerras, no que diz respeito às atividades de inteligência em âmbito internacional, estas não eram priorizadas. Os EUA, por exemplo, não possuíam serviços de inteligência externa²⁷. Porém, no que antecede a II Grande Guerra, os Estados diante do cenário turbulento, apressavam-se para desenvolver a atividade de inteligência externa. Diante do perigo japonês, os EUA no final dos anos 1930 não estavam de comum acordo com a opinião pública a respeito do desenvolvimento das atividades com espões e as inteligências de sinais para monitorar o avanço japonês²⁸. Porém, mediante aos avanços da II Guerra Mundial:

As Europe went to war for the second time twenty-five years, the intelligence war was, perhaps on the first time ever, fully staffed and ready from the start. In 1939 there was no doubt on any side that good intelligence would be crucial to victory [...] (HUGHES-WILSON, op. cit., p. 269).

O desenvolvimento da inteligência de sinais, criptografia e outros recursos tecnológicos foi bastante relevante para os rumos da II Guerra Mundial e das relações internacionais, porém, o uso do mais tradicional dos recursos era crucial para a existência da atividade: os espões.

Em 1941, o ataque surpresa a Pearl Harbor²⁹ e a fragilidade dos EUA desencadeou a discussão na sociedade sobre o uso da atividade de inteligência mesmo em tempos de paz, concluindo que a reforma no aparato de inteligência estadunidense era necessário mediante ao novo cenário internacional. O objetivo dos EUA com esta reforma era conter a expansão bolchevista³⁰ da URSS pelo mundo e afirmar seus interesses hegemônicos com a Doutrina Truman³¹.

Apesar do término do conflito em 1945, a prática já havia sido incorporada aos processos decisórios dos governos. Com o desencadeamento da Guerra Fria, as atividades de

²⁷ Hughes-Wilson p. 292

²⁸ Idem, p. 294

²⁹ O ataque à base norte americana Pearl Harbor, na ilha de Oahu no Havaí, foi executado de surpresa pela Marinha Imperial Japonesa no dia 7 de Dezembro de 1941, marcando a entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial.

³⁰ Os bolcheviques defendiam a revolução socialista com a instalação da ditadura do proletariado (aliança entre operários e camponeses) e o controle do governo pelos trabalhadores.

³¹ Ver capítulo III

inteligência reafirmam sua importância na nova ordem internacional e no conflito bipolar marcado pelos avanços nucleares da disputa entre EUA e URSS.

2.4 As Atividades de Inteligência na Guerra Fria

Com o final da II Guerra Mundial, a derrota do Eixo e o início da Guerra Fria (1945-1991) a atividade de inteligência adquiria grande espaço dentro da Política Externa, principalmente das Grandes Potências. A disputa bipolar que cercava as superpotências só alimentava mais o desenvolvimento da inteligência e dos serviços secretos. O conflito que durou cerca de quatro décadas entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), também envolveria o mundo dos serviços secretos, dando origem à chamada “Guerra nas Sombras”.

A Guerra Fria surgiu de meados para o fim dos anos 1940 como a nova estrutura de poder criada como resultado instituído da Segunda Guerra Mundial. As duas grandes características que a definiram começaram a interagir quase que simultaneamente: armamentos nucleares e uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta disputa tornou-se excepcionalmente intensa não só por terem sido os grandes vencedores da guerra de 1939-45, intimidando todas as grandes potências anteriores (capitalismo democrático, comunismo totalitário), e cada qual afirmava possuir o futuro da humanidade. Esta disputa e o fato de que os Estados Unidos e a União Soviética rapidamente se tornaram, de longe, os maiores detentores de armamentos nucleares foram captados nos conceitos de *superpotência e bipolaridade* (BUZAN, HANSEN, 2012, P.118-119).

A busca por informações em diversos países e a segurança e defesa internacional, fez que os Estados Unidos montassem um sistema de vigilância global de acordo com o avanço da sua hegemonia, a partir da segunda metade do século XX, com a Guerra Fria. Dentro o contexto geopolítico, as duas superpotências, EUA e URSS, criaram zonas de influências em diversas partes do mundo.

As Atividades de Inteligência, tanto a inteligência humana com os espões e informantes espalhados por todo o mundo, quanto à tecnológica com equipamentos de coletas, gravadores e satélites que marcaram a Guerra Fria, aumentou significativamente a proliferação dos serviços de inteligência na maioria dos países, com intuito de monitorar decisões dos inimigos e aliados. Neste contexto, os serviços secretos mais conhecidos deste período foram o KGB, dos soviéticos e a CIA dos estadunidenses.

O marco inicial das tais práticas durante a Guerra Fria inicia-se com a entrega de documentos secretos da URSS, pelo oficial do NKVD, Igor Gouzenko no dia 05 de setembro de 1945 no Canadá. Conforme começavam as traduções dos documentos, e o *Security Service*

da *Royal Canadian Mounted Police* (RCMP) entrevistava Gouzenko, foi descoberto um avançado esquema de espionagem no setor de criptografia do *Department of External Affairs* responsável pela inteligência Canadense, do Parlamento *National Research Council* e em laboratórios de pesquisas nucleares.

Ainda com o oficial soviético, Gouzenko, tornou-se público outras atuações do serviço de inteligência da URSS. Esta não se restringia somente ao Canadá, mas sim a outras grandes potências como os EUA e Europa, mostrando uma alta intensidade da atividade de inteligência soviética entre as potências ocidentais.

No início da Guerra Fria, o órgão responsável pelo serviço secreto soviético era o mesmo que atuava durante a II Guerra Mundial, o NKVD³², porém as atividades no exterior somente se intensificaram no período da Guerra Fria, em que a agência realizava espionagens, desinformação e assassinatos. Em 1953, com a morte de Stálin, Beria³³ na tentativa de assumir o poder acaba preso, julgado e executado. Com isso o NKDV foi reorganizado e passou-se a chamar KGB, porém apesar das modificações em sua estrutura ao longo da guerra, o órgão seria responsável juntamente com o GRU³⁴ pela atividade de segurança e inteligência da URSS até sua extinção em 1991.

Os serviços de inteligência durante o conflito bipolar tornou-se um recurso fundamental dos governos de ambos os blocos para configurarem suas políticas domésticas e principalmente internacionais. Para isso, uma parte desta disputa, principalmente por informações que privilegiassem os governos ocorreu nas “sombras”, com a guerra dos serviços secretos.

Do lado soviético, a falta de aliados perto dos EUA não permitiu uma instalação de sistemas de interceptação de sinais e bases, tornando o território americano distante do controle soviético até a implantação dos primeiros satélites. Porém, a peculiaridade principal era vista na astúcia soviética com desenvolvimento da inteligência humana, com grandes redes de agentes infiltrados em diversos cargos públicos e privados estadunidenses.

Em contrapartida, os EUA não possuíam o grau de eficiência visto nas agências soviéticas com a implantação de fontes humanas, uma vez que a URSS tinham um rígido controle da segurança interna sobre a população. Dessa maneira, os estadunidenses contaram

³²*Narodniy komissariat vnutrennikh del* (NKDV) foi criado em 1934 e possuía funções policiais e de segurança nacional (atividades de inteligência).

³³ Beria durante o governo de Stálin era responsável pela segurança interna e inteligência soviética, via-se como sucessor natural para o poder.

³⁴ Criado com o Exército Vermelho, o GRU, responsável pela inteligência militar, tornou-se dentro da União Soviética um grande rival do KGB com uma disputa de poder que ultrapassaria as fronteiras soviéticas.

com um alto investimento no desenvolvimento tecnológico em inteligência por meio de sinais, comunicações, aviões e satélites espiões como U-2³⁵ e K-H³⁶.

O dia 14 de outubro de 1962 marcou a Guerra Fria, aviões U-2 norte americanos que sobrevoavam Cuba descobriram através de fotografias diversas bases de mísseis nucleares sendo construídas, “segundo a CIA, os mísseis tinham alcance de 1600 km e tinham capacidade de atingir grande parte da orla marítima oriental do país (EUA). Uma vez armados e prontos para disparo, poderiam explodir sobre Washington em 13 minutos³⁷”. No dia 16 de outubro, “primeiro dia da Crise dos Mísseis”, o presidente dos EUA passou a ter conhecimento das informações, convocando uma reunião de urgência para decidir quais atitudes seriam tomadas. Diante de duas opções, ou invadiriam Cuba, ou realizariam um bloqueio marítimo, chamado de “quarentena”. A segunda opção foi escolhida no dia 22, realizando um pronunciamento na televisão, John Kennedy, destacava a ampliação da Doutrina Monroe para a Guerra Fria, destacando que: “A política desta nação será considerar qualquer lançamento de projétil nuclear de Cuba contra qualquer nação do hemisfério Ocidental como um ataque da URSS contra os EUA, o que requer uma adequada resposta de represália contra a URSS³⁸”.

O processo de negociação entre Kennedy e Krushev gerou grande tensão, estavam a um passo de iniciar uma guerra nuclear. No dia 26 de outubro, o premier soviético ofereceu um acordo para as retiradas dos mísseis de Cuba, em troca da promessa estadunidense de não invadir mais Cuba. Horas depois, Moscou acrescentou que os EUA deveriam desmantelar os mísseis instalados na Turquia. A fase mais dramática da Guerra Fria, a crise dos misseis, chegou ao fim nos dias 27 e 28 de outubro de 1962, com o entendimento entre Kennedy e Krushev.

Para Buzan (2012, p. 93) “[...] a análise de segurança durante a Guerra Fria era quase sinônimo de estudo das relações americano-soviéticas e de um sistema bipolar com inimizade entre duas superpotências, cuja influência direta e escamoteada se estendia ao redor do planeta”. Para os realistas, a segurança é compreendida como a maneira pelo qual os Estados utilizam da força para fazer frente às ameaças que possam intervir em seu território, autonomia e principalmente soberania. A vertente realista associa a “paz” ocorrida na Guerra

³⁵ O avião U-2 de espionagem dos EUA, durante a Guerra Fria em 1960, foi abatido sobre a União Soviética um pouco antes do encontro de cúpula em Paris, provocando uma maior estremecida nas relações.

³⁶ O K-H se tratava de um satélite espião utilizado para fins militares e de espionagem.

³⁷ DOBBS, Michael. Um minuto para a meia-noite. Kennedy, Krushev e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 18.

³⁸ CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antônio Martínez. Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991). Madri: Complutenses, 1995, p. 547.

Fria devido aos *policy-makers*³⁹ dos EUA e da URSS, calcularem que uma guerra nuclear traria danos irreparáveis para ambas as partes em proporções globais.

2.5 A Segurança Internacional no Pós Guerra Fria

Com o fim do Império Soviético e da Guerra Fria, estabeleceu-se uma nova ordem no cenário internacional, mais complexa envolvendo novos atores e interesses. Neste contexto, a atividade de inteligência também passou por diversas mudanças em relação aos objetivos e suas doutrinas. A agência mais conhecida do bloco socialista, o KGB, derrocou junto à antiga URSS, surgindo novas agências como, por exemplo, o SVR - Serviço de Inteligência Externa, enquanto o GRU tornou-se a maior agência de inteligência russa.

Conforme Ramina, Filho (2013, p. 31), “Os estudos de segurança internacional existem há menos de um século” e “[...] Buzan atribuiu seu nascimento ao fim da II Guerra Mundial e à ascensão da guerra fria”. No pós Guerra Fria, o cenário internacional voltou-se para a economia, mais precisamente para a competição econômica e questões ligadas ao meio ambiente, integração econômica e direitos humanos, formando uma nova agenda internacional com novas diretrizes, conforme Buzan:

A partir de 1980, a prioridade ligada à agenda de segurança político-militar da Guerra fria sobre como lidar com o confronto entre as superpotências, principalmente nas frentes nucleares e dentro da OTAN, havia desmoronado. O término da Guerra Fria, portanto, trouxe à tona grandes questões sobre a natureza básica de uma agenda de Estudos Estratégicos e Pesquisa de Paz que havia sido, durante muito tempo, dominada pela rivalidade entre as superpotências e o temor da guerra nuclear (BUZAN, 2012, P.246).

A década de 60 foi marcada pela ascensão das preocupações econômicas, sociais e ambientais, associando tais questões ao conceito de segurança. Apesar do declínio em relação à preocupação dos Estados na esfera da segurança internacional, principalmente militar, durante o período pós-Guerra Fria, a vertente realista acreditava que a volta da preocupação militar na agenda internacional, seria apenas uma questão de tempo.

Ao longo do século XX e no início do século XXI, nos deparamos com uma permanente busca pela paz e resolução de conflitos. O conceito de segurança internacional vem sendo trabalhado por teóricos para se adequar às diversas realidades ao decorrer da história. Embora a situação mundial não seja absolutamente “nova” no cenário internacional,

³⁹ Formuladores de Política (tradução nossa).

houveram mudanças significativas na conduta e principalmente nos temas das agendas globais. Um dos desafios encontrados no Estudo de Segurança tem sido a ampliação do conceito de segurança com temas como pobreza, AIDS e etc. Conforme Walt:

Questões não militares merecem atenção contínua de acadêmicos e tomadores de decisão e que o que poder militar não garante o bem-estar. Mas esta receita traz o risco de ampliar os “Estudos de Segurança” de maneira excessiva; por esta lógica, questões como poluição, doenças, abuso infantil ou recessões econômicas poderiam todas ser vistas como ameaça a “segurança”. Definir a área desta forma destruiria sua coerência intelectual e tornaria mais difícil o alcance de soluções para qualquer um desses importantes problemas (WALT apud BUZAN, 2012, p. 253).

Para Hobsbawm, existem cinco conjuntos de questões que requer um pensamento claro: “a questão genérica da guerra e da paz no século XXI, o passado e o futuro dos impérios globais, a natureza e o contexto cambiante do nacionalismo, o futuro liberal e a questão da violência política e do terror”. (HOBSBAWM, 2007, p. 10).

A chamada “guerra contra o terror” ganhou destaque na agenda internacional de diversos países, principalmente estadunidense. O 11 de setembro de 2001 assinala o início do que seria essa guerra e caçada aos grupos terroristas, indicando a criação de uma nova política externa e controle nacional no século XXI. O debate sobre segurança internacional intensificou-se após o fim da Guerra Fria, alguns pesquisadores defendem a ampliação do conceito e outros afirmam que estendê-lo causaria a perda de sua essência. Entretanto, o que fica claro é que novos desafios surgiram à política internacional no período pós-guerra e vem surgindo no decorrer dos anos. O modo como é conduzida a política externa e interna a respeito da segurança internacional acaba sendo uma peculiaridade de cada Estado, dependendo de como os *policy-makers* reagem em diferentes casos.

CAPÍTULO 3 – TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Após contextualizar a atividade de inteligência dentro da história das relações internacionais, é de suma importância tentar relacioná-la com uma perspectiva teórica a fim de explicá-la, uma vez que, esta sempre esteve presente na prática das relações internacionais entre os mais diversos povos e períodos. Entre o amplo leque de teoria na esfera das relações internacionais, no que diz respeito à atividade de inteligência e segurança internacional, a mais adequada, para se tentar compreender e explicar tais fenômenos no decorrer deste trabalho, é a perspectiva realista.

Portanto, faremos uma sucinta apresentação da corrente realista relacionando sempre que possível à atividade de inteligência aos pressupostos da corrente realista. Abordando a origem do realismo através dos autores clássicos e as valiosas contribuições de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, analisando o retorno do realismo no século XXI e suas novas dificuldades na contemporaneidade.

3.1 O Realismo e suas premissas básicas

A teoria realista, sem dúvidas, é a mais importante de todas quando se trata de relações internacionais, principalmente no que diz respeito à política internacional. Isso se deve ao fato de o realismo tratar quase que exclusivamente das relações políticas entre os Estados, considerando as variáveis políticas, diplomáticas e militar estratégicas.

A denominação Realismo surgiu nos conceitos estabelecidos por autores que formaram a tradição do pensamento realista dentro dos estudos das Relações internacionais antes mesmo da origem⁴⁰ do campo acadêmico em 1919. Como uma vertente analítica aos pressupostos do pensamento liberal, afirma-se como visão de mundo dominante entre os tomadores de decisão, tornando-se um dos principais debates teóricos desde a Segunda Guerra Mundial.

Apesar das divergências encontradas nas correntes realistas, alguns pressupostos comuns são observados nas obras de filósofos da Antiguidade, como Tucídides em a *História da Guerra do Peloponeso*, e estrategistas como o oriental Sun Tzu, *A arte da guerra*. Na

⁴⁰ A origem da disciplina Relações Internacionais foi na cátedra universitária Woodrow Wilson, financiada pelo inglês David Davies em 1919, na Universidade de Gales.

Europa do século XVI, nos deparamos com as principais fontes de inspiração para a teoria realista, Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*; Thomas Hobbes, *Leviatã* ou mais recente Carl von Clausewitz, *Da guerra*.

O confronto analisado por Tucídides entre Atenas e Esparta em 431 e 404 a.C, teve como principal fundamento da guerra, o crescimento ateniense e o medo que isto gerou em Esparta. Durante o conflito, Esparta temendo perder seu papel de cidade-estado mais poderoso do mundo helênico aumenta seu poder militar e suas alianças estratégicas. Em contra partida, Atenas com receio do poder espartano, buscou se proteger com o fortalecimento da estrutura militar, alimentando um forte sentimento de insegurança e uma busca incessante pelo poder.

A *Arte da Guerra* foi escrita por Sun Tzu por volta de 320 e 400 a.C, abordando o surgimento da guerra na China. A respeito do Estado “A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É a província da vida ou da morte; o caminho à segurança ou à ruína. Portanto, é um objeto de investigação que não pode, sob nenhuma circunstância, ser negligenciado” (SUN TZU apud DEMETRIO, 2006, p.11). O estrategista militar faz um “tratado sobre a guerra”, em que analisa assuntos como estratégia e tática, planejamento, materiais, variáveis sociais e psicológicas.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) viveu em Florença e contribuiu fortemente com temas relevantes as relações internacionais, principalmente para o realismo. Em sua obra *O Príncipe* (1513-1516), formula um manual prático com fundamentos e mecanismos para os governantes que almejavam alcançar, manter ou ampliar seu campo de domínio e influência nos Estados, visando um único objetivo, o poder.

Para Maquiavel, qualquer recurso é aceito mediante a preservação dos interesses e a segurança nacional, em que a política exerce apenas o objetivo do sucesso, seja ele alcançado; de maneira lícita ou não. O “bem-estar” do Estado em *O Príncipe* justifica qualquer ação do dirigente.

Nas ações de todos os homens, sobretudo dos príncipes, quando não há tribunal ao qual recorrer, deve-se considerar o resultado. Assim, um príncipe deve conquistar e manter um Estado. Os meios serão sempre considerados honrados e por todos louvados. Porque o vulgo atenta sempre às aparências e ao resultado e no mundo só existe o vulgo (MAQUIAVEL, 1996, pg.108).

Entre as análises feitas para os príncipes e governantes, além de aconselhar que se livrem de todos os membros sobreviventes da dinastia para assegurar o poder conquistado, Maquiavel afirma que:

Quando aqueles Estados que se conquistam, como foi dito estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixa-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos (MAQUIAVEL,1996, p.86).

Em um ambiente internacional desordenado, em que os mais fortes desejavam dominar os mais fracos, que por sua vez ambicionavam o mesmo, Maquiavel conduzia a questão da segurança internacional por meio da demonstração de força e coação. Os Estados/príncipes deveriam sempre estar preparados para a guerra no intuito de defenderem à segurança de seus principados.

Mais tarde, as premissas do pensamento maquiavélico tornam-se fundamentais para os realistas na compreensão das relações internacionais, explicando a realidade conflituosa e amoral dos Estados. Maquiavel dentro da teoria realista, lida com o mundo real e não como “deveria ser”:

[...] os realistas caracterizam a visão de Maquiavel de relações entre as cidades-Estado como desprovida de qualquer caráter moral e ético. Segundo essa leitura, para Maquiavel, a moralidade que orienta as ações do indivíduo não se aplica e nem deveria orientar as ações do príncipe. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 22).

O pensador inglês Thomas Hobbes (1588-1679), viveu em uma época em que as guerras religiosas, políticas (entre a Coroa e o Parlamento britânico) e provincianas expandiam-se cada vez mais. Neste cenário conturbado, Hobbes passa a apoiar um Estado soberano centralizado e absoluto.

Em 1561, Thomas Hobbes publica sua principal obra *O Leviatã*, base para o argumento realista que se destaca o egoísmo e a anarquia, afirmando que a origem do Estado e da sociedade está em um contrato. O autor constitui sua teoria de Estados, classificando o estado de natureza do homem como de liberdade, na qual descreve que todo homem nasce livre para fazer o que bem entende⁴¹. Esse estado de natureza, com plenos poderes aos homens é definido como um estado de guerra, e os homens somente se submetem a um soberano por meio de um contrato social.

Para Hobbes, a competição e desconfiança do homem só podem ser contidas pelo Estado, que tem por objetivo controlar esse estado natural e permanente de guerra. Assim, os

⁴¹ Conforme Hobbes: “O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usai seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida [...]”.

Estados dispõem legitimamente do uso da força na ausência de um poder central e absoluto internacional.

Como visto, as obras de Tucídides, Maquiavel e Hobbes contribuíram fortemente para a construção do paradigma realista das relações internacionais com conceitos capazes de explicar a realidade internacional articulada por esta vertente. Em suma, observamos uma maior contribuição para o entendimento das circunstâncias que dão origem as guerras e conflitos, a insegurança entre os Estados e a anarquia.

O idealismo⁴² nasce ao final da Primeira Guerra Mundial, segundo Saldanha (2013) “como meio de análise da realidade internacional, mas também como proposta de reorganização dessa realidade.” Pautado em diretrizes que visam à segurança coletiva por meio da cooperação econômica, social e humanitária, o marco que coloca fim as perspectivas idealistas ocorrem com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, afirmada com fracasso da Liga das Nações⁴³ que tinha como objetivo um estado de paz duradoura para a sociedade internacional.

Diante do fracasso do organismo que foi considerado a maior aposta dos idealistas, Edward Carr escreve *Vinte anos de Crise - 1919-1939: uma introdução às Relações Internacionais*. Nesta obra, Carr busca apontar as fragilidades da corrente idealista por meio da análise de suas premissas e princípios. Posteriormente, a contribuição de Hans Morgenthau em 1948, com a obra *Politics Among Nations*. Neste contexto, a teoria realista se opõe aos pressupostos idealistas tomando forma e maior destaque como paradigma internacional. Em 1979, Kenneth Waltz publica uma das obras mais importantes no campo das Relações Internacionais: *Theories of International Politics*, tornando-se um marco para a disciplina, tanto por apresentar a teoria da política internacional, quanto por romper com a visão que o realismo desenvolvia até então.

O paradigma realista, apesar de sua diversidade apresenta algumas características comuns. Os conceitos herdados de Tucídides, Maquiavel e Hobbes nos permitem definir esses cinco princípios comuns a corrente. A primeira característica básica é o Estado como único ator das relações internacionais, sendo o polo de poder, que maximiza os ganhos e minimiza as perdas. A existência de outros atores não estatais é reconhecida por alguns realistas, mas estes são vistos sempre como subordinados aos interesses do Estado.

⁴² O Idealismo torna-se a escola do pensamento político utópico, que pressupunha uma ética universal e um sistema político baseado na autoridade divina. A Liga das Nações foi o exemplo mais contundente desta vertente.

⁴³ Conhecida como Liga ou Sociedade das Nações, a organização internacional surge em 1919 com o objetivo de manter a paz e a ordem do sistema internacional evitando possíveis conflitos e guerras entre os Estados. Com a eclosão da II GM e o fracasso da Liga, o organismo dissolve-se em 1949.

A segunda característica considerada é o sistema internacional anárquico e conflituoso, conceito que deriva do interesse nacional e a busca pelo poder por parte dos Estados. A anarquia é vista como a ausência de uma autoridade política central que estabeleça a ordem no sistema. Todos os autores realistas analisam a falta de uma autoridade suprema acima dos Estados, porém consideram impossível a criação de um Leviatã⁴⁴ global. O cenário internacional é visto como um estado de natureza hobbesiano⁴⁵, onde os Estados são responsáveis por sua própria sobrevivência e sedentos pelo poder. Os realistas acreditam que a anarquia do sistema gera uma desconfiança permanente.

Dentro deste cenário anárquico, as desconfianças se ampliam por parte dos Estados, que visando à sobrevivência no cenário internacional, caracterizado como um ambiente altamente competitivo buscando maximizar sua segurança e seu poder, objetivando a permanência no sistema, assim dando origem a terceira premissa realista: a sobrevivência. A herança histórica do conceito de sobrevivência vem do filósofo realista Maquiavel, que define como obrigação do príncipe a luta pela sobrevivência onde nenhum outro desejo pode-se opor a esta.

Neste sentido, origina-se a quarta premissa, o poder. Os Estados para garantirem sua sobrevivência e segurança em um sistema hostil e sem a presença de uma autoridade central, que garanta a ordem, aumentam seu poder militar ofensivo e defensivo. Alguns autores definem o poder como a completude das capacidades políticas, militares, econômicas e tecnológicas de um Estado, e outros com a comparação das mesmas capacidades com os demais Estados em questão.

Para os realistas, essa luta pelo poder passa a ser universal e o uso da força marca as relações dos atores no sistema internacional. Dessa maneira, a ênfase no poder e no interesse nacional dos atores leva a uma desconfiança em relação a questões morais, tornando a ética subordinada à razão do Estado⁴⁶. A influência de Tucídides sob essa premissa é notável, ao afirmar que o medo do adversário se consolidar como Estado mais poderoso é a causa da guerra. Como veremos adiante, para Waltz (2000) o poder consiste em influenciar o sistema

⁴⁴ Por Leviatã, podemos entender que seria a criação de um órgão com autoridade suprema, poder supranacional, que estabeleça a ordem no sistema internacional.

⁴⁵ O estado de natureza conforme Hobbes: “[...] durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama de guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens [...]” Segundo ele, os homens no estado de natureza são competitivos e não confiam uns nos outros.

⁴⁶ O conceito não está propriamente definido na obra de Maquiavel, entretanto, entende-se por “Razão de Estado” uma autonomia política em relação às demais esferas. Para o autor, a esfera política define os padrões morais, considerando a moral submissa a um pragmatismo político e as realizações, estes nem sempre regidos por valores cristãos ou justiça, por exemplo. Esse conceito torna-se doutrina na política durante séculos.

internacional, como meio de garantir a sobrevivência e segurança. Já para Morgenthau, esse conceito de influência está diretamente ligado à manutenção do *status quo*, a expansão ou mesmo o prestígio que o poder pode proporcionar.

Do conceito de poder origina-se a balança/equilíbrio de poder, ou seja, a união dos Estados para assegurar seus interesses nacionais, em que podem ser contra a potência ou em conjunto com ela. Porém, essa junção não garante que exista uma distribuição equilibrada do poder entre os atores do sistema internacional. Para Morgenthau, a balança de poder é necessária para que exista uma estabilidade no sistema, em que o poder limita o poder. Já Waltz afirma que só é possível a distribuição do poder bipolar, em que duas potências dominam o sistema, ou multipolar, em que mais de duas potências dominam.

A quinta e última premissa resulta da luta pela sobrevivência dos Estados a partir de um sistema anárquico. Como já analisado, os realistas consideram o estado de natureza hobbesiano como característica do sistema internacional, cada Estado é responsável por sua própria segurança, ou seja, a auto-ajuda. Dentro dessa perspectiva, os Estados só podem contar com suas próprias capacidades para se defenderem ou atacarem, porém este fato não descarta a possibilidade de formarem alianças e haver cooperação mútua⁴⁷ aos interesses nacionais dos atores envolvidos. De qualquer maneira, essa aliança não impede uma futura ruptura decorrente da sobrevivência e interesses nacionais das partes.

3.2 O Realismo segundo Hans Morgenthau

Hans Morgenthau, considerado um dos teóricos realistas mais conhecidos do século XX, contribuiu fortemente com um estudo científico com características normativas sobre o tipo de ordem social, que visava um mundo melhor baseado em fatos reais e não em utopias idealistas. Com isso, ele procurou relacionar a teoria e a prática para embasar seus estudos. Com a publicação de *Politics Among Nations*, Morgenthau estabelece seis princípios básicos para analisar as relações internacionais e diferenciar a teoria realista de outras correntes. O primeiro princípio caracteriza que a política e sociedade em geral, são governadas por leis determinadas pela natureza humana e pela busca da realização de interesses. O segundo princípio é constituído pelo interesse em termos de poder para si próprio, tornando-se o conceito da política internacional e distinguindo-se de outras esferas. O terceiro princípio acredita que o conceito de poder e interesses são comuns na história da humanidade

⁴⁷ A cooperação mútua ou cooperação internacional trata-se da ajuda entre dois ou mais Estados reciprocamente.

determinados apenas pelo ambiente cultural. No quarto, os princípios morais não podem ser confundidos com os atos dos Estados, separando assim a moral e a ação dos dirigentes dos Estados, ou seja, as leis da política internacional e as leis dos cidadãos não são aplicadas de maneiras iguais. Em seguida apresenta-se o quinto princípio que rejeita a ideia de que as aspirações morais de uma nação devem ser consideradas os princípios morais universais, cada nação é responsável por seus próprios princípios morais. O último princípio distingue a esfera política em relação a outras esferas, classificando-a como independente, ou seja, ela não é subordinada a nenhuma outra.

Entre os seis princípios que definem a política internacional é possível notar que Morgenthau analisa o governante como principal agente da política externa do Estado, estabelecendo leis que refletem a natureza humana na busca para atingir seus objetivos, ou seja, uma luta pelo poder.

“Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Para Morgenthau (2003), esses princípios visam o interesse nacional com o objetivo de manter, aumentar ou demonstrar seu poder, sendo o responsável pelo *status quo* do Estado. As falhas observadas pelos próprios realistas acabaram por dar origem a um “novo realismo”, conhecido mais tarde por neorealismo.

Para concluir esta seção, observamos que o realismo clássico de Morgenthau analisa a política internacional a partir do paralelo estabelecido com a natureza humana, sendo as características dos indivíduos que moldam o sistema internacional. O ambiente altamente propício à guerra é descrito como fruto das próprias características humanas. Essas perspectivas diferem bastante o realismo clássico do neorealismo ou realismo estrutural que será abordado em seguida. A segurança, a sobrevivência e o sistema internacional anárquico continuam sendo a maior preocupação dos Estados, porém as razões observadas pelo neorealismo são outras.

3.3 O Realismo estrutural ou neorealismo de Kenneth Waltz

Durante a década de 1970, quando estoura a crise econômica do petróleo⁴⁸, o realismo clássico mergulha em seu período de maior instabilidade. A centralidade da figura do Estado nas Relações Internacionais estava ameaçada e a dúvida sobre a relevância das empresas e organizações internacionais estava instaurada. Neste contexto, Kenneth Waltz publica o livro *Theory of International Politics* em 1979, solidificando-se como um dos pilares da corrente neorrealista e sucessor de Hans Morgenthau.

Nesta obra, Waltz (2000) criticava alguns argumentos do realismo clássico, como a escassez dos princípios que explicavam a realidade internacional. Classificado como realismo estrutural⁴⁹, o autor afirmou que era necessário o estabelecimento de bases sólidas e científicas dentro da corrente realista.

Para Waltz (2000), as teorias reducionistas são as que analisam os indivíduos e as nações, enquanto as sistêmicas preocupam-se com o sistema internacional. Para o entendimento da política internacional, o reducionismo é considerado inadequado, uma vez que causas semelhantes no cenário internacional podem resultar em efeitos diversos.

A estrutura da política internacional é vista como duas formas de meios indiretos: a socialização e competição dos atores. Esses dois mecanismos determinam e induzem o comportamento dos atores. Os Estados agem de maneira racional a fim de sobreviverem no cenário internacional e se adaptarem no sistema. Desta maneira, o comportamento dos Estados está diretamente ligado à autonomia e influência da política.

Para Waltz (2000), as estruturas políticas internacionais são vistas como uma estrutura estratégica, determinadas por três fatores básicos: o princípio de ordenamento, a diferenciação funcional e a distribuição das capacidades. As estruturas só podem ser classificadas de duas maneiras: hierárquicas e anárquicas, cumprindo as mesmas funções ou funções diferentes uma das outras. Essas estruturas podem ser classificadas como bipolares ou multipolares, sendo diferenciadas apenas pelo fato de que as multipolares têm a possibilidade de estabelecerem alianças, o que não ocorre nas bipolares. A estrutura unipolar é excluída por Waltz, uma vez que, assemelha-se com uma hierarquia⁵⁰.

⁴⁸O segundo choque do petróleo em 1979, ocorreu devido à paralisação da produção iraniana em consequência da deposição do ditador Xá Reza Pahlevi, após sua saída, o Irã foi controlado pelos xiitas e apoiadores do Khomeini. O preço do barril atingiu um preço absurdo, e somente na segunda década de 80 voltou a diminuir.

⁴⁹O Neorealismo ou realismo estrutural surge a partir da necessidade de reformular as tradições do pensamento realista.

⁵⁰A hierarquia excluída por Waltz trata-se da ordenação contínua de níveis de poder, de forma que a posição inferior sempre estará subordinada as superiores.

A anarquia dentro da teoria neorrealista também é entendida como princípio ordenador, caracterizando um estado de natureza hobbesiano. Para Waltz (2000) isso não significa uma ausência de poder entre as relações internacionais, os Estados são soberanos em seus próprios territórios e aqueles que gozam de poderio militar impõem suas preferências sobre outros atores. Observando-se que esta estrutura anárquica do sistema constrange o comportamento dos Estados com punições ou recompensas.

O segundo pilar trata do caráter da diferenciação funcional. Apesar das diferenças quanto ao território, população, entre outros, os Estados são unidades do sistema político internacional e são semelhantes por serem unidades políticas autônomas. As semelhanças entre as tarefas e as funções que exercem (ou deveriam exercer) não determinam que estes sejam semelhantes na capacidade com que desempenham estas tarefas.

No terceiro pilar, a distribuição das capacidades segundo Waltz, não é um atributo das unidades, mas sim da estrutura. Neste contexto, a distribuição das capacidades pode gerar uma mudança na estrutura. Dentro do sistema internacional, uma mudança estrutural ocasionada pelas alterações nas funções da unidade não pode ser vista, já que as funções dos Estados são semelhantes. Para Waltz, o sistema bipolar é o mais estável, já que dentro de um sistema multipolar, o aumento da quantidade de Estados impondo suas vontades deixa o sistema cada vez mais instável.

3.4 O debate Realista acerca do conceito de Segurança Internacional

O modelo realista dentro da Teoria das Relações Internacionais (TRI) é de grande influência, sua abordagem foi hegemônica até meados da década de 70. O Realismo parte do pressuposto de que os Estados nacionais são dotados de um poder deliberado por um conjunto de fatores capaz de ampliar a coerção sobre os inimigos em potencial, na maior parte dos casos esse poder está relacionado com a capacidade militar dos Estados. Ademais, os Estados objetivam a maximização do poder individual. Para o realismo, o Estado é visto como um ator racional, unitário e auto-interessado.

O sistema internacional é caracterizado como uma anarquia, ou seja, há uma ausência do poder central, não existe nenhum poder acima dos Estados, porque não há nenhuma instituição supranacional e por isso o conflito é uma situação permanente e natural entre os Estados excluindo a possibilidade de cooperação no plano internacional.

Na perspectiva realista, a guerra, tem custos e a manutenção do *status quo* é favorável a todos os membros, desta maneira a paz só pode ser obtida por meio de um balanço de poder entre as hegemônias. Assim, para Morgenthau (2003) o papel das instituições supranacionais é irrelevante, já que o *status quo* é determinado pelo conflito potencial do balanço de poder entre as nações mais poderosas. Por conseguinte, o plano internacional é analisado como um estado permanente de conflitos entre os Estados, dentro da Teoria dos Jogos é denominado um jogo de soma zero, no qual quando um Estado ganha, o outro necessariamente, perde.

O fundador da escola realista, Hans Morgenthau, afirma que a natureza humana aspira por poder, característica esta inerente nas relações entre os Estados. Ademais, para os realistas a segurança é a maneira pelo qual o Estado utiliza da força para garantir sua autonomia e fazer frente às ameaças dos outros.

A obra de Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, marca o início do neorealismo, movimento de revisão ao realismo. Waltz preocupa-se com a construção de uma teoria dando ênfase à importância da pesquisa das estruturas, com um maior rigor científico, procurando superar as concepções estreitas, intuitivas e históricas, que comumente eram alvos de críticas⁵¹.

Waltz sustenta sua teoria no pressuposto de que as regularidades do sistema internacional são criadas pela estrutura, e não pelo estado de natureza como defendiam os realistas. Para Waltz, o sistema internacional se sustenta “numa estrutura do tipo self-help, os atores procuram constantemente pautar suas relações por uma concepção de equilíbrio de poder” (WALTZ apud OLIVEIRA, 2003, p. 77).

Para se compreender a segurança internacional, de acordo com Waltz, era necessário entender a natureza anárquica do sistema internacional “Enquanto a natureza humana é a casa fundamental da competição na área de segurança na teoria de Morgenthau, a anarquia desempenha esse papel na teoria de Waltz” (MEARSHEIMER apud VILLA; REIS, 2006, p.22).

O sistema internacional para Waltz é caracterizado como anárquico, onde o Estado só tem duas possibilidades para garantir sua segurança: aumentando seu próprio poder, pondo em evidência o mecanismo de auto-ajuda ou estabelecendo coalizões com outros Estados, para compensar o desequilíbrio de poder dos outros países. A balança de poder, para o autor, seria o mecanismo mais eficiente para garantir a segurança enquanto a anarquia dominar o sistema internacional e os Estados buscarem a sobrevivência⁵².

⁵¹ Oliveira, 2003, p. 77.

⁵² Villa; Reis, 2006, p.23.

3.5 O Retorno ao Realismo no século XXI

Após o fracasso do paradigma realista em antecipar o final da Guerra Fria e a ascensão do nacionalismo com a guerra da Iugoslávia⁵³, surgiram diversas dúvidas referentes à relevância do paradigma realista no século XXI.

No decorrer do século XX ocorreram profundas mudanças no cenário internacional, transformando as relações internacionais contemporâneas. O sistema caracterizado por Estados soberanos preocupado somente com as questões de segurança internacional, como era visto no modelo de Wesfália, dá espaço a um emaranhado de relações complexas entre os novos atores⁵⁴. Entretanto, as mudanças no sistema ocorrem em diferentes níveis com maior ou menor intensidade, nas tecnologias, alianças, comunicações, sem alterar a essência do sistema internacional, que continua sendo anárquico.

O Estado como ator principal das relações internacionais cede espaço para as organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais e mais recentemente a grupos terroristas, sindicatos e partidos políticos, considerados fundamentais para a análise das novas e complexas relações. Os críticos do realismo apontam a relevância das instituições e a interdependência entre os atores como elemento significativo para o questionamento da teoria.

Os idealizadores da chamada democracia liberal⁵⁵, acreditavam que os pressupostos defendidos nessa nova vertente, poderiam substituir o realismo dentro do novo cenário atual. Porém, a tese kantiana da paz democrática sofreu diversas críticas, começando pela ausência de evidências que comprovem sua efetividade de fato. Neste contexto, Waltz (2000) lembra alguns episódios da história democrática, como o auxílio do governo norte americano em derrubar o presidente Juan Bosch na República Dominicana⁵⁶ e sua participação direta no

⁵³ A Guerra Civil Iugoslava se tratou uma série de conflitos ocorridos na antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia ocorrido entre 1991 e 2001. O conflito surgiu com a criação de uma limpeza étnica e movimentos separatistas.

⁵⁴ O Estado como cerne das relações internacionais abre espaço para os novos atores as organizações Internacionais, governamentais, não governamentais e empresas multinacionais.

⁵⁵ A Democracia Liberal pressupõe uma intervenção mínima do Estado sobre os direitos comuns, a valorização das potencialidades e a importância do princípio da legalidade, sendo que nenhum indivíduo pode estar acima da lei. A existência do parlamento, votados democraticamente, serve para auxiliar na regularização do Estado.

⁵⁶ Após 23 anos de exílio, Juan Bosch retorna à República Dominicana e estabelece-se como um líder populista. Desde 1914 não havia uma eleição livre no país, Bosch candidata-se a presidência e vence seu concorrente Fiallo. Ao assumir a presidência no dia 27 de fevereiro de 1963 lança um programa de reestruturação econômica e social para o país, que em 29 de abril é promulgada uma nova Constituição. Suas políticas não agradavam grande parte da burguesia, representando um perigo para os grandes fazendeiros, militares e para os Estados Unidos devido sua proximidade com Fidel Castro, no dia 25 de setembro de 1963, após sete meses a frente da presidência, Bosch sofre um golpe de Estado liderado pelo Coronel Elias Wessin. Entretanto, a instabilidade fez com que o Coronel Francisco Caamaño liderasse um novo golpe para repor Bosch no poder. Nessas condições os

Golpe de 1964 no Brasil⁵⁷. Em contrapartida, todos os casos mencionados podem argumentar que não viviam uma democracia liberal, apesar de eleitos democraticamente, o conceito de democracia liberal para esses casos, não se encaixam perfeitamente. Para Waltz (2000), todos os países que se preparam para uma guerra, se afastam de uma democracia liberal, cenário este muito observado no sistema internacional contemporâneo.

Na crítica dominante dessa teoria ainda predomina a ideia de que, mesmo se todos os países do sistema tornem-se democráticos liberais, a estrutura que caracteriza este sistema continuaria sendo a mesma, ou seja, anárquica. Desta maneira, as tensões continuariam gerando conflitos entre os Estados. Outro aspecto é a diminuição das guerras entre os países devido à interdependência entre os mesmos, promovendo o aumento dos laços econômicos, porém, os interesses internos ou até mesmo o medo dos interesses externos ainda podem promover a guerra e o aumento da sensibilidade para a eclosão de conflitos cada vez mais fortes. Entretanto, observamos o poder político e econômico de grande parte dos Estados concentrado nas mãos dos Estados Unidos, mais forte do que qualquer interdependência.

É importante notar que em relação às instituições internacionais, como por exemplo, a continuidade da Otan⁵⁸ no pós Guerra Fria, Waltz (2000) analisa este fenômeno por meio dos interesses dos seus Estados-membros, principalmente por servir como meio para Estados Unidos garantir sua liderança militar dentro da UE.

Ao final da Guerra Fria com o desmantelamento da URSS, o sistema político internacional passa a ser unipolar, considerado pelo realismo como o sistema mais instável, devido ao enfraquecimento do poder dominante ao tentar administrar todos os problemas do sistema. Neste contexto, observamos um desequilíbrio com o poder dominante norte-americano⁵⁹. Waltz (2000), conclui que apesar dessas mudanças, a natureza do sistema

Estados Unidos iniciam uma intervenção militar a República Dominicana, enviando 42 mil militares para deterem a volta de Bosch, que fora eleito democraticamente e deposto sob um golpe.

⁵⁷ Durante a madrugada do dia 31 de março de 1964, João Goulart, eleito legalmente sofre um golpe militar. O ato foi justificado pelos militares com o propósito de restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a ameaça comunista. Os militares acreditavam que o regime democrático que se instalava no Brasil desde o fim da Segunda Guerra Mundial havia se mostrado incapaz a ameaça comunista. O golpe apoiado pela CIA e pelos EUA, já havia sido articulado há semanas. O embaixador estadunidense no Brasil, Licoln Gordon juntamente com o governo dos EUA e o presidente Lyndon Johnson, prevendo uma guerra civil apoiaram o golpe. Os Estados Unidos, envolveram-se no apoio encoberto as manifestações de rua, excitando o sentimento anti-comunista da população.

⁵⁸ A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou NATO (North Atlantic Treaty Organization) formou-se em 1949, no contexto da Guerra Fria, como forma de fazer frente a organização socialista Pacto de Varsóvia (deixou de existir na década de 90), liderada pela ex-URSS. Tem por objetivo garantir a segurança militar do continente europeu e exercer influências geopolíticas.

⁵⁹ Para uma maior compreensão vide GILL, Peter; PHYTHIAN, Mark. *Intelligence in an Insecure World*. Cambridge: Polity Press, 2006.

continua a mesma, e os princípios do realismo continuam tão vivos quanto durante o período da Guerra Fria.

O realismo estrutural ou neorealismo não apresenta todas as respostas para as problemáticas observadas no sistema internacional contemporâneo e globalizado. Porém, como ressalta Sarfati (2005), “A pergunta inicial de Kapstein⁶⁰ permanece: há algum paradigma forte o suficiente para derrubar o Neo-Realismo enquanto paradigma que oferece uma explicação consistente para as relações internacionais?” Para Sarfati (2005) as críticas são claras, entretanto não há nenhum modelo teórico e empírico que possa disputar o lugar do realismo.

3.6 O Paradigma Realista e a Análise da Inteligência

Apesar de a atividade de inteligência ser tão antiga quanto à existência da humanidade, só se passou a estudá-la dentro da área acadêmica há cerca de cinquenta anos com a “teoria de inteligência”⁶¹. Dentro da teoria realista o Estado é visto como único ator relevante e racional das relações internacionais, prevalecendo apenas seus interesses. Em um sistema anárquico, nos moldes hobbesianos, os Estados só podem confiar em si próprios para garantirem sua segurança, que é alcançada por meio da maximização de seu poder, principalmente militar. A guerra, para os realistas apresenta custos e uma manutenção do *status quo*, que só pode ser atingida por meio do equilíbrio de poder entre os Estados, tornando irrelevante o papel das instituições já que este *status quo* somente é determinado pelo conflito entre as nações hegemônicas.

A atividade de inteligência é um dos instrumentos mais antigos utilizados por Chefes de Estados em prol de seus interesses nacionais. Estas atividades são representadas pelas agências/serviços de inteligência ou serviços secretos, que tem por objetivo a coleta e análise de informações estratégicas, na maioria das vezes de políticas públicas, externas e defesas nacionais, relevantes para a decisão do Estado. Para Cepik (2003), as agências consistem em “organizações permanentes e atividades especializadas em coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa”. Os Estados buscam a atividade de inteligência com objetivos de inserção internacional, segurança de Estado,

⁶⁰ Para uma maior compreensão vide KAPSTEIN, E.B. Is Realism dead? The domestic source of international politics. *International Organization*, v. 49, n.4, outono de 1995.

⁶¹ Para uma maior compreensão vide GILL, Peter; PHYTHIAN, Mark. *Intelligence in an Insecure World*. Cambridge: Polity Press, 2006.

ocasionado por possíveis ameaças externas, porém estas atividades são ampliadas para a construção de cenários competitivos em relação ao mercado externo, posicionando sua soberania perante as grandes potências.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria a perspectiva realista exerce uma maior predominância nas relações internacionais, substituindo a perspectiva liberal que era vigente até o início da II Guerra Mundial. Os princípios realistas em um ambiente propício e cercado de insegurança influenciaram os estudos de segurança, uma vez que, os Estados procurariam se proteger cada vez mais de ameaças externas, aumentando sua influência e poder no sistema.

Dentro da área de segurança internacional, a vertente tradicional vincula as premissas teóricas realistas, mantendo somente os estudos relacionados a questões militares e o Estado como objeto central da análise. Diante das limitações observadas neste paradigma, surge uma vertente abrangente, que mesmo mantendo o Estado no papel central, acredita que a análise deve incorporar áreas políticas, econômicas, ambientais e não somente militares. A Escola de Copenhague surge com Barry Buzan em 1985, criticando a posição da vertente tradicional: “Estados eram vistos como preso a uma luta de poder, e a segurança, era facilmente vista como uma derivada de poder, especialmente do poder militar⁶²”.

O paradigma realista e suas concepções abordadas até o momento definem como a atividade de inteligência alcança cada vez mais espaço dentro do cenário internacional, na antiguidade ou principalmente nos tempos modernos. O ambiente anárquico, a busca pelo poder e domínio, seja estatal ou empresarial faz com que os tomadores de decisões necessitem cada vez mais conhecer seus inimigos e concorrentes para que possam se sobressair. Neste contexto como foi apresentado durante este capítulo, o realismo torna-se fundamental para uma análise e maior compreensão dessa competitividade apresentada em um mundo tão globalizado.

⁶² Citado em A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional

CAPÍTULO 4 – O GOVERNO TRUMAN

O ano de 1945 tornou-se um marco para a história mundial, com o fim da Segunda Grande Guerra. Dentro desta perspectiva, as Relações Internacionais passaram por complexas mudanças. A tensão do cenário político no pós-guerra, a ascensão de duas grandes potências, EUA e URSS, com ideologias distintas e a existência de arsenais nucleares instauraram o medo no cenário internacional. Diante deste contexto, a política dos Estados Unidos foi fortemente marcada por medidas que visavam conter os avanços soviéticos, substituindo a “política de boa vizinhança⁶³” por uma política altamente intervencionista.

No ano seguinte que se inicia a Guerra Fria as mudanças se tornam visíveis, tanto nas diretrizes, como no cenário internacional, conforme relata Magnoli (1988):

Era o dia 5 de março de 1946. Apenas um ano antes tinha se encerrado, cheia de radiosas esperanças de uma paz duradoura, a Conferência de Yalta, na Criméia soviética. Nesses poucos meses, duas bombas atômicas tinham explodido em solo japonês, a Alemanha assinara a rendição incondicional e achava-se dividida em quatro zonas de ocupação, o presidente Roosevelt – arquiteto principal e maior entusiasta dos acordos firmados em Yalta – falecera e fora substituído por Truman. Desenhavam-se já novas alianças militares e novas animosidades: a sombra da guerra futura descia sobre as ruínas deixadas pela guerra recém-terminada. O clima de harmonia e concórdia que resultara do encontro dos Três Grandes na Criméia, o decantado “espírito de Yalta”, dissipava-se num ambiente carregado por pesadas acusações trocadas entre antigos Aliados (MAGNOLI, 1988, P. 14).

O período de não intervenção estadunidense perdurou até os anos de 1947, durante o governo Truman. As mudanças no cenário internacional ocasionaram a mudança na política externa dos EUA. Neste contexto, o governo de Harry Truman é primordial para um maior entendimento do rumo das políticas que influenciaram a inteligência e guiaram o comportamento do país durante o período da Guerra Fria. Na visão de Eric Hobsbawm⁶⁴, o pós Segunda Guerra foi classificado como uma “Terceira Guerra Mundial”, entretanto a definição desta “guerra” pode ser explicada a partir dos conceitos herdados de Thomas Hobbes (2006) em que ele afirma que: “A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente

⁶³ A política de boa vizinhança foi criada pelo presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt durante a Conferência Panamericana de Montevideo, em 1933. Tratava-se das relações políticas estadunidenses até Truman assumir.

⁶⁴ Eric Hobsbawm (1917-2012) nascido no Egito, possui nacionalidade britânica, devido o país ainda estar sob domínio europeu. Publica em 1994 a *Era dos Extremos*, na Inglaterra, em que analisa o período do fim da Primeira Guerra Mundial, 1917, até a derrocada da União Soviética, 1991. Sua obra tornou-se um clássico das Relações Internacionais.

conhecida”. A constante tensão instaurada entre os Estados Unidos e União Soviética no pós Segunda Guerra foi um desses momentos descrito por Hobbes:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestando em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBBSAWM, 1995, p. 224).

Harry S. Truman nasceu no dia 08 de maio de 1884 em Lamar, Missouri. Formou-se em 1901 na Independence High School, mas não se graduou como universitário. Durante a Primeira Guerra Mundial, serviu como Guarda Nacional na França. Iniciou a carreira pública em 1934, quando eleito Senador dos Estados Unidos. Quando assume a presidência, a perspectiva do cenário internacional era de que a guerra contra o Japão durasse cerca de um ano, porém sua decisão em acelerar o desfecho da guerra e usar armas nucleares resultou no fim do conflito.

Sua presidência foi marcada por uma virada nas relações exteriores e uma política marcada pela aliança europeia. Truman instaurou a Doutrina Truman contra o comunismo, o Plano Marshall para reconstruir a Europa devastada pelas marcas da guerra e a instalação do COMECON. Neste capítulo abordaremos a trajetória de Truman e os pontos de maior destaque para os rumos que a política estadunidense traçou no período marcado pela insegurança da Guerra Fria.

4.1 O fim da Segunda Guerra Mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como o Estado mais relevante do sistema internacional, ocupando uma posição que os elevavam ao papel de reguladores e estabilizadores das relações internacionais. Para que pudessem defender seus interesses, internos e externos, os EUA precisavam construir políticas que facilitassem a defesa do que julgavam importante no âmbito internacional.

Harry Truman, eleito vice-presidente dos EUA em 1944, era Membro do Partido Democrata e vice de Franklin Delano Roosevelt. Com estado de saúde fragilizado, Roosevelt faleceu no dia 12 de abril de 1945, e Truman assumiu a presidência do país nos momentos finais da Segunda Grande Guerra. O Presidente atuou como representante do país em 1945 na Conferência de Postam⁶⁵, na Alemanha, logo após o término da Segunda Guerra Mundial em agosto. A Conferência tinha por objetivo decidirem entre os aliados às novas divisões da Alemanha e da Áustria, que seria dividida em quatro zonas de ocupação, sob a administração americana, francesa, britânica e soviética.

Ao assumir a Presidência, com a confirmação do sucesso dos testes atômicos, Truman foi um dos responsáveis pelo lançamento das bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, que resultou na rendição e devastação do Japão. A atividade de inteligência estadunidense teve grande participação na interceptação de informações, conforme Magnoli:

Em julho de 1945 o imperador Hiroito, do Japão, transmite a seu embaixador em Moscou detalhadas instruções visando obter uma mediação soviética para a negociação da rendição frente aos Estados Unidos. Os serviços americanos de decifração, conhecedores dos códigos japoneses, captam e decodificam essas mensagens. Elas evidenciaram, em toda sua dimensão, o colapso das forças militares e a destruição praticamente integral da frota mercante do Japão (MAGNOLI, 1988, p. 22).

Com o fim da II Guerra Mundial em 1945, uma nova configuração de poder emergiu no sistema internacional. A Europa encontrava-se devastada, debilitada economicamente e politicamente frágil. Enquanto a economia norte-americana detinha um padrão mais elevado que qualquer outro país do globo e mais da metade da produção mundial. Na esfera militar, os Estados Unidos possuíam um arsenal fortemente moderno, a melhor marinha e o monopólio atômico⁶⁶, elevando ainda mais sua posição de potência.

Entretanto, os Estados Unidos não eram o único país com destaque no cenário internacional pós-guerra. A União Soviética haviam ampliado suas fronteiras territoriais ao norte na Finlândia e ao sul, à custa da Polônia, a Bessarábia havia sido recuperada e os Estados bálticos reincorporados, e parte da Prússia juntamente com uma parte da

⁶⁵ No dia 17 de julho de 1945, os chefes de governo dos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, vencedores da Segunda Guerra Mundial, reuniram-se pela terceira vez. O choque de interesses entre Moscou e os aliados ocidentais marcou a Conferência. Truman pretendia alcançar o apoio soviético na região asiática, porém Stalin afastou-se por completo das nações ocidentais, marcando o início da Guerra Fria. A conferência além de dividir a Alemanha, foi criado um conselho de ministros das Relações Exteriores. Entre os objetivos da Conferência de Potsdam estavam a criação de diretrizes para a Alemanha, questões de reparação de guerra, uma nova fronteira para a Polónia e acordos de paz com a Itália, Bulgária, Finlândia, Hungria e Romênia.

⁶⁶ Kennedy, 1989, p. 343-344

Tchecoslováquia foram tomados, a oeste e sudoeste da Rússia havia um novo “cordão sanitário” de Estados satélites⁶⁷.

Apesar da vitória na guerra ter aumentado a influência soviética na região, a URSS estava economicamente devastada, segundo Kennedy:

[...] sua base econômica tinha sido muito prejudicada pela guerra – em contraste com o imperturbado surto de prosperidade dos Estados Unidos. As perdas de população da Rússia foram terríveis: 7,5 milhões nas forças armadas, 6 a 8 milhões de civis mortos pelos alemães, mais as perdas de guerra “indiretas” causadas pelas reduzidas rações de alimentos [...] cerca de 20 a 25 milhões de cidadãos soviéticos tiveram morte prematura entre 1941 e 1945 [...] a Rússia de 1945 era um gigante militar e, ao mesmo tempo, economicamente pobre, deficiente e desequilibrada (KENNEDY, 1989, pp. 346-347).

Neste contexto, os vencedores da guerra tinham o desafio de reorganizar a ordem mundial no pós-1945. No que diz respeito às divergências de posições entre os antigos aliados, os EUA inicialmente viam essa falta de consenso como imaturidade política, e acreditavam ser temporários e possíveis de serem “corrigidos” ao longo do tempo, ou seja, acreditavam que a União Soviética não manteria sua ideologia política por muito tempo, cedendo ao capitalismo estadunidense. Porém, em pouco tempo os norte-americanos perceberam que a falta de consenso representavam o pensamento soviético a respeito da política internacional⁶⁸ e que tão pouco a URSS tinha a intenção de muda-lo por livre espontânea vontade.

Truman buscou primeiramente aproximar-se da União Soviética, seguindo os moldes do pensamento dos “Quatro Policiais⁶⁹” de seu antecessor, Franklin Delano Roosevelt. Porém, o soviético Josef Stalin ignorou a atitude conciliatória do presidente, que substituiu a política de Roosevelt por coalisões que permaneceram como o cerne da política externa americana por mais de quarenta anos⁷⁰. Neste contexto, o fim da Segunda Guerra e a eclosão da Guerra Fria se estabeleceu diretrizes que formaram a política americana até os dias de hoje.

⁶⁷ Os Estados satélites faziam parte a Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia. Kennedy, 1989, p. 346.

⁶⁸ Kissinger, 1994, p. 426

⁶⁹ Para Roosevelt a nova ordem mundial deveria ser conduzida pelos quatro países vencedores da II Guerra Mundial: EUA, URSS, Reino Unido e China.

⁷⁰ Kissinger, 1994, p. 424

4.1.1 A dissolução do *Office Strategic Services* - OSS

No que diz respeito à atividade de inteligência, em 1945, o serviço secreto que foi criado para fazer frente ao Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, e responsável pelas grandes operações do conflito, o *Office of Strategic Services* (OSS), havia sido dissolvido. Truman encaminhou um projeto de lei ao Congresso para que unificasse as forças armadas, com a proposta de criação de um novo serviço secreto, o *National Intelligence Authority* (NIA). Criou-se também a *Central Intelligence Group* (CIG) tornando-se responsável pela análise de inteligência no âmbito de segurança nacional.

Em 1947, foi criada a *Central Intelligence Agency* (CIA), uma agência independente, civil e sem poder de polícia que assumiria as funções da antiga OSS. Supervisionada pela *National Security Council* (NSC), o órgão teria atribuições de análise e operações no exterior, assessorando processos decisórios, porém não formularia políticas. A CIA se tornaria uma importante ferramenta para a Política Externa dos EUA, com a busca de dados, análises de informações e produção de conhecimento de inteligência.

4.2 A Guerra Fria e a Política de Contenção de George Kennan

O período que se inicia ao final da II Guerra Mundial, em 1945, até a derrocada da União Soviética, em 1991, é conhecido por Guerra Fria. Trata-se de um momento peculiar caracterizado pela bipolaridade no sistema internacional e a corrida armamentista entre os dois maiores polos de poder da época. Ao final do conflito mundial, que durou de 1939 a 1945, as potências europeias encontravam-se devastadas e apenas dois países mostravam-se em situação favorável: EUA e URSS.

Harry Truman ao assumir a presidência, havia herdado um ambiente internacional fragmentado, porém, tinha o intuito de pautar sua política segundo preceitos de paz e diálogo, evitando o uso militar para resolução dos conflitos. Em contrapartida, a União Soviética de Josef Stalin, baseava-se nos termos da *Realpolitik*. As diferentes percepções de mundo entre as potências acarretaram o aumento das tensões. Para Hobsbawm (1995, p.228), a origem da Guerra Fria baseava-se nas percepções equivocadas norte-americanas que o capitalismo e liberalismo mundiais estariam ameaçados.

Para Kissinger (1994), a Guerra Fria deve-se entre outros fatores a uma incompreensão mútua a respeito das visões de política externa para o mundo pós-guerra. Os

americanos buscavam construir uma nova ordem mundial pautada em princípios universais e valores, já os soviéticos baseavam suas ações dentro de uma visão realista e competitiva das relações internacionais. Segundo o autor, esses desentendimentos resultariam em um “dilema americano”: os EUA não estavam aptos a desafiar Stalin, pois estavam relutantes a uma nova guerra, fortalecendo a posição soviética.

Para Gordon (1984, p. 601), a política externa dos EUA durante a Guerra Fria, tinha como objetivo a salvaguarda dos interesses nacionais e a tentativa de evitar um conflito nuclear, mas o ponto principal era a proteção das nações aliadas contra o que eles denominaram de “comunismo expansionista”. Entretanto, em muitos locais a política foi oposta às ideias do discurso oficial, que pregava “promoção da democracia”, lutando contra o comunismo e fortalecendo regimes autoritários com projetos conservadores.

O confronto ideológico marcado pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, teve como um de seus principais mentores intelectuais o funcionário de carreira do Departamento de Estado George F. Kennan. Entre 1944 e 1946, assume a função de vice-chefe da missão sediada em Moscou, enviando no final desse período um relatório analítico do contexto internacional com possíveis previsões sobre o comportamento soviético no pós-guerra.

Kennan⁷¹ considerava a União Soviética muito fraca para embarcar em uma nova guerra para ampliar a sua influência nos países democráticos, porém acreditava que o país poderia expandir-se para o Ocidente por meio dos partidos comunistas. Kennan também acreditava que as ações de Moscou apoiavam-se nas necessidades desmedidas de Stalin para criar um ambiente externo hostil ao modelo capitalista.

Na intenção de evitar um confronto direto entre as duas superpotências, Kennan sugeriu o uso das pressões econômicas na Europa Ocidental e na Ásia, ajudando na reconstrução do pós-guerra e fortalecendo as instituições democráticas. A pressão tinha por objetivo conter a ameaça soviética, de maneira sutil enquanto aguardavam a dissolução do regime de Stalin.

Em julho de 1947, quando Kennan retorna aos Estados Unidos, publica na revista *Foreign Affairs*⁷² um artigo reafirmando o conceito que Stalin planejava uma revolução contra o capitalismo. Para Kennan, os Estados Unidos “deveriam criar uma política paciente, firme e vigilante de contenção às tendências de um eventual expansionismo soviético⁷³”. Entretanto,

⁷¹ Kennan, *Memoirs: 1925-1950*, pp. 292-295

⁷² KENNAN, G. F. "X," *The Sources of Soviet conduct*. In *Foreign Affairs*, XXV (July, 1947)

⁷³ *Idem*, pp. 575-576.

essa política de contenção não poderia afetar a estabilidade interna norte-americana, e se os objetivos fossem alcançados a pressão sobre os soviéticos resultaria “no desmoronamento, ou na gradual dissolução de seu poder”.⁷⁴

Tal publicação gerou uma das maiores polêmicas da Guerra Fria. Quando o autor foi identificado como o recém-nomeado chefe do Gabinete de Planejamento Político do Departamento de Estado de Truman, seus ideais tornaram-se um marco da administração. Porém, segundo Kennan o artigo não representava uma adoção aos métodos militares como agentes de contenção:

[...] Minhas ideias foram distorcidas por pessoas que as compreenderam e perseguiram como se seu caráter fosse exclusivamente militar, e penso que isso, mais que qualquer outra coisa, levou aos 40 anos de uma Guerra Fria assustadora, inútil, dolorosa e cara.” (KENNAN, 1992)⁷⁵.

Kennan, após uma série de desencontros entre suas propostas e as dos Secretários do Departamento de Estado⁷⁶, solicita seu afastamento em 1949, substituído por Paul Nitze⁷⁷. Após sua saída, Kennan afirma que sua proposta foi mal interpretada por alguns membros do governo e atribuiu a culpa a si mesmo:

[...] Tudo se resume em uma sentença no artigo “X”, onde eu digo que sempre que essas pessoas, querendo dizer a liderança soviética nos confrontasse com hostilidade em qualquer parte do mundo, nós deveríamos fazer tudo o que fosse possível para contê-los, para não deixá-los expandir-se. Eu deveria ter explicado que não suspeitava de nenhum desejo deles nos atacar. Isso aconteceu logo após a guerra e era absurdo propor que eles estavam pretendendo atacar os Estados Unidos. Não achei que fosse necessário explicar isso, mas obviamente, era o que deveria ter feito.” (GERGEN, 1996).

Durante o governo Truman, a base da política externa dos EUA foi fundamentada pela contenção, estratégia que durou por toda a Guerra Fria. A contenção tinha como objetivo primordial impedir a expansão soviética e o comunismo pelo globo terrestre. A administração de Truman estruturou a política da contenção e criou mecanismos para acentuar as relações com a América Latina. Com as mudanças no cenário internacional, a contenção dos avanços soviéticos passou a ser assunto prioritário na agenda da política externa estadunidense. Em

⁷⁴ Ibidem, pp. 566-582.

⁷⁵ Tradução nossa.

⁷⁶ Dean Acheson e John Foster Dulles

⁷⁷ Nitze assumiu o cargo de diretor de Planejamento Político no Departamento de Estado entre 1950-1950, logo após a saída de Kennan. Principal autor do NSC-68, relatório elaborado a pedido do Presidente Truman em 1950, que fazia um levantamento completo do cenário internacional e principalmente da União Soviética. Continha recomendações militares e nucleares estratégicas para ampliar os gastos militares e conter a ameaça soviética.

1947, o Secretario de Estado, George Catlett Marshall anunciou seu plano de assistência econômica para países europeus.

4.2.1 O Perigo Socialista

O ano de 1945, até a extinção da União Soviética em 1991 é marcado pela disputa entre os dois mais poderosos blocos mundiais que emergiram da Segunda Guerra Mundial: EUA e URSS. A Guerra Fria dominou o cenário internacional e “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBSBAWM, 2003, p.224).

A União Soviética havia deixado à guerra em péssimas condições, “exaurida e exausta”. Stalin apesar de acreditar que o modelo capitalista seria substituído pelo comunismo em longo prazo, não via uma possível crise no sistema, dentro da hegemonia americana. Apesar da União Soviética não apresentar perigo eminente a aqueles que não estivessem ao alcance da ocupação do Exército Vermelho, a preocupação com o avanço socialista despertado nos Estados Unidos, fez surgir medidas que serviriam para conter a expansão antes mesmo de apresentar-se como um perigo declarado aos interesses americanos. Neste sentido:

[...] enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. Não seria preciso muito para transformar a exausta empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte da época que todo o resto do mundo junto (HOBSBAWM, 2005, p. 231).

Certamente que o perigo socialista visto pelos Estados Unidos durante o conflito, não foi o principal motivo para a continuação da guerra. A afirmação americana nos países europeus serviria para impulsionar a economia e sua hegemonia dentro do sistema, que de certa forma estaria ameaçada pela União Soviética devida sua posição no pós Segunda Guerra (mesmo esta ainda estando fragilizada economicamente e politicamente). Entretanto, a guerra ideológica entre as duas nações tornou-se um divisor de águas, fortalecendo o sistema capitalista no cenário internacional.

4.3 A Doutrina Truman

Ao longo do governo, Truman adotou uma política externa assumidamente anticomunista. Em 1947, foi criado o Conselho de Segurança Nacional⁷⁸ que tinha como objetivo promover um ambiente de discussão para elaborar políticas de segurança em longo prazo. Mediante o *National Security Act*⁷⁹, o conselho surgiu durante um momento de mudanças claras na política mundial.

A Conferência de Paz de Paris, em 1946, reuniu vinte e um Estados. O encontro diplomático vivia um momento de verdadeira batalha pelo controle político do Leste europeu. Os representantes exigiam uma evacuação das tropas soviéticas e a convocação das eleições nos territórios chamados de “cortina de ferro”. O discurso de Churchill simboliza “tanto o fim de uma época como a troca de mãos do cetro imperial⁸⁰”.

Em 1947, o embaixador britânico comunica a suspensão das ajudas aos governos da Grécia e Turquia e pede que a Casa Branca assumira as posições estratégicas na península balcânica. Neste contexto, Truman propõe aos congressistas créditos para a Grécia e Turquia, e proclama seu discurso que se tornaria a chamada “Doutrina Truman⁸¹”.

“A fim de garantir o desenvolvimento pacífico das nações, sem exercer pressão, os Estados Unidos assumiram a maior parte na criação das Nações Unidas. Mas só concretizaremos nossas metas, se estivermos dispostos a ajudar povos soberanos na manutenção nacional contra imposições de regimes autoritários⁸²”.

Neste pronunciamento feito por Truman diante do Congresso norte-americano no dia 12 de março de 1947, conclamou a opinião pública dos Estados Unidos a apoiar a Turquia e a Grécia, tanto no aspecto econômico quanto no militar. Apesar de o Congresso ter aprovado o plano com uma margem pequena de votos, o efeito foi grande: A Doutrina Truman selou a derrota comunista na Grécia e fomentou o antagonismo entre as duas superpotências.

George Kennan afirmava a necessidade de conter os soviéticos, devido sua proximidade com o governo russo, seu ponto de vista político era respeitado⁸³. O diplomata apontava tendências agressivas de Stalin e o desejo expansionista em relação a Washington. Devido ao cenário apresentado, Kennan apontou a necessidade dos EUA em conter o ímpeto

⁷⁸ National Security Council – NSC

⁷⁹ O National Security Act foi um decreto assinado por Truman, criando a Força Aérea Estadunidense (USAF) e Agência Central de Inteligência (CIA) estabelecendo o National Security Council.

⁸⁰ Magnoli, 1988, p. 25

⁸¹ Idem, p. 26

⁸² Disponível em: < <http://www.dw.de/1947-divulgada-a-doutrina-truman/a-305913> > Acesso em: 16 out 2014.

⁸³ Lafeber, 1972, p. 21

soviético, originando a “teoria da contenção”, presente na Doutrina Truman, que foi anunciada em 1947 no Congresso.

No presente momento praticamente todas as nações devem escolher entre formas de vida alternativas. Muito frequentemente essa escolha não é livre.

Uma forma de vida é baseada na vontade da maioria e distingue-se por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias à liberdade individual, liberdade de expressão e eleição, e ausência de opressão política.

Uma segunda forma de vida é baseada na vontade de uma minoria, imposta pela força a maioria. Recorre ao terror e opressão, a um rádio e a uma imprensa controlados, a eleições decididas de antemão e a supressão das liberdades pessoais.

Creio que os Estados Unidos devem apoiar os povos livres que resistem à tentativa de servidão por minorias armadas ou a pressões externas. Creio que devemos ajudar os povos livres a forjar seus destinos com suas próprias mãos [...].

Os povos livres do mundo olham para nós esperando apoio na manutenção de sua liberdade.

Se fracassarmos na nossa missão de liderança, talvez ponhamos em perigo a paz e o mundo – e certamente a segurança da nossa própria nação. (TRUMAN apud MAGNOLI, 1988, p. 26).

A partir da proclamação do discurso do presidente Henry Truman no dia 12 de março de 1947, estava declarado à ampliação da ação norte americana para a defesa de todo o mundo, contra o expansionismo soviético. A Doutrina Truman nada mais era que uma nova justificativa americana para as intervenções do Estado fora de seu território.

Para Hobsbawm (1995), o período mais explosivo da guerra foi entre a enunciação da doutrina Truman, em 1941 e em 1951, quando o presidente demitiu o comandante das forças americanas na Guerra da Coreia, o General Douglas MacArthur. A Doutrina, sem dúvidas modificou os rumos da política estadunidense e a condução da Guerra Fria, acirrando a disputa entre as potências e a divisão do mundo em duas partes antagônicas.

4.4 O Plano Marshall e o COMECON

Em decorrência da Doutrina Truman, nasce o chamado Plano Marshall, estratégia que viria a questionar a hegemonia soviética por todo o Leste Europeu. Em 1947, durante o inverno, a Europa enfrentava o ponto mais dramático de toda sua crise, o racionamento atingiu a iluminação e aquecimento doméstico em função da ausência de carvão. A queda da exportação e o aumento do desemprego associavam-se ao ressurgimento da inflação.

O Plano Marshall surge em um novo cenário internacional, configurado pela marcada rivalidade americano-soviética após o Acordo de Postdam e a Doutrina Truman. Os Estados Unidos tinham duas prioridades: conter o avanço soviético e garantir os mercados europeus. Para isto, foi anunciado em 1947, o Plano Marshall, criado pelo secretário de Estado George Marshall, que consistia em uma política de estabilização dos países da Europa ocidental.

A crise europeia ameaçava todos os fluxos comerciais, principalmente norte-americanos. O Plano tinha objetivo supranacional de reconstrução, com estratégias econômicas. O convite à adesão do Plano estendia-se a URSS de Stalin, porém, para os soviéticos participar do plano representaria “uma posição de potência de segunda linha por dezenas de anos” (MAGNOLI, 1988, p, 29). Porém, recusá-lo também causaria um atraso em relação aos outros Estados. O Chanceler Molotov, como saída, aponta que o planejamento econômico representaria uma intervenção na soberania dos Estados europeus, retirando-se do Plano.

Entre os objetivos do plano, estava à expansão do comércio internacional, garantia da estabilidade e desenvolvimento da cooperação econômica europeia, que resultou na criação da União Europeia de Pagamentos⁸⁴. Outro ponto importante era a ampliação da margem de manobra dos EUA, que estava reduzida dentro das instituições de Bretton Woods⁸⁵, trazendo ao governo americano benefícios para o acesso aos mercados europeus, tornando-os aliados políticos e contendo os avanços soviéticos.

O Plano Marshall previa a concessão de empréstimos a juro baixo, para que estes adquirissem mercadorias americanas. Conforme Vizentini (1996), os países que aceitaram o plano deveriam abrir suas economias aos investimentos estadunidenses, representando para as economias fracas o abandono de parte da soberania desses países, como no caso das Democracias Populares do leste, ou os devedores da Europa Ocidental. Neste sentido, serviriam como estímulo aos negócios privados e o crescimento norte-americano.

⁸⁴ Nesta União, as moedas se tornavam conversíveis em moedas locais, tornando os deficitários beneficiados pelos superavitários. Os EUA injetavam sua moeda na Europa a juro baixo.

⁸⁵ Em 1944, os representantes da Aliança das Nações Unidas, responsáveis por reunir os países em guerra contra o eixo fascista, reuniram-se em Bretton Woods, nos Estados Unidos, para criarem regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional, com objetivo de superar as limitações que o padrão-ouro e o sistema de desvalorização cambial competitiva havia imposto no comércio internacional e nas economias domésticas dos países. Estabeleceram o padrão ouro-dólar; o ouro por não sofrer grandes flutuações e o dólar, pois ao final da guerra, a economia norte-americana era a mais estável. O acordo de Bretton Woods teve como objetivos principais: promover a cooperação internacional através das instituições monetárias, facilitar a expansão do comércio internacional, implementar a estabilidade dos câmbios e contribuir para a instituição multilateral de pagamentos. O acordo resultou no estabelecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), para assegurar os mecanismos de apoio financeiro à estabilidade do SMI. Em suma, o sistema apresentava três bases fundamentais: a convertibilidade de todas as moedas, a paridade das moedas e o equilíbrio das balanças de pagamento. A instabilidade do dólar americano e a crise política levaram ao colapso definitivo do sistema nos anos 70.

Para os Estados Unidos, o Plano serviria como um importante meio de recuperação das atividades econômica europeia e a retomada das trocas comerciais, afirmando o capitalismo dentro da Europa. Além disto, os países que aceitavam a ajuda assinavam acordos bilaterais com os EUA, comprometendo-se em estabilizar as tarifas e a balança de pagamento. Além de beneficiar os países que se recuperariam, traria fortes aliados políticos e parceiros comerciais.

O Plano Marshall, conforme dito no discurso não foi apresentado como instrumento contra a União Soviética, mas sim como forma de ajuda aos países Europeus, em contrapartida o modelo capitalista prevalecesse incluso nas diretrizes estadunidense:

Nossa política não é dirigida contra algum país ou doutrina, mas contra a fome, pobreza, desespero e caos. Seu propósito deve ser o renascimento de uma economia de trabalho no mundo, de forma a permitir a emergência de condições político-sociais em que instituições livres possam existir (MARSHALL, 1947, tradução nossa).

Conforme Magnoli (1988, p. 30) o Plano foi “[...] o contudo de realização do projeto estratégico de construção do Ocidente e da própria acepção ideológica que essa expressão adquiriu”. Representando assim uma ameaça contra a faixa e os avanços soviéticos.

Marcou a ruptura da tradição estadunidense da política isolacionista, mudando as diretrizes em um processo gradativo, mas sem deixar de atuar de maneira intervencionista. A reconstrução da Europa permitiu que os EUA prosseguissem com a contenção soviética, que tinha como objetivo expansionista se aproveitarem da fragilidade europeia e instaurar o comunismo à região. Durante as décadas de 1950 e 1960, o estabelecimento do Plano possibilitou a recuperação econômica de grande parte dos países europeus. Para os Estados Unidos resultou em um aumento significativo das exportações além de expandir a influência política dentro do território europeu, fortalecendo o capitalismo para fazer frente à expansão do socialismo.

Os Estados Unidos não só conseguiram atingir seus objetivos em termos políticos, como mantiveram uma boa imagem no sistema internacional, com a ajuda humanitária e de reconstrução oferecida com o Plano aos países europeus. Entretanto, podemos dizer que o que levou à mudança na política externa norte-americana não foi simplesmente o desejo de reconstruir a Europa, mas a conjunção de alguns fatores: a contenção soviética, iniciada com a Doutrina Truman e a necessidade do mercado americano em escoar seus excedentes de produção para manter sua economia aquecida.

Como resposta ao Plano Marshall, os soviéticos inauguram após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua). Fundado Moscou, o Conselho projeta-se como comitê planejador supranacional, com objetivo de criar e reforçar os laços de interdependência econômica e a integração das nações do Leste Europeu.

A princípio, os países que faziam parte da organização restringiam-se em oito: União Soviética, Alemanha oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Mais tarde, Mongólia, Cuba e Vietnã aderiram à organização. A criação do COMECON significou uma alternativa criada pela União Soviética frente à ameaça de dissolução da faixa no Leste Europeu criado pelo Plano Marshall.

No contexto da Guerra Fria, os blocos equilibravam suas políticas com objetivo de uma maior inserção no cenário internacional. O Conselho da União Soviética tinha como objetivo fornecer ajuda mútua aos países membros, como o Plano norte americano. O COMECON foi extinto junto a União Soviética em 1991.

CAPÍTULO 5 – O GOVERNO OBAMA

Barack Hussein Obama II marcou a história dos Estados Unidos, não somente por ser o primeiro afrodescendente a assumir a presidência. Com sobrenomes que remetem aos dois maiores inimigos dos EUA, Saddam Hussein e Osama Bin Laden, parecia impossível suceder o republicano George W. Bush e por fim a “Era Bush” que já perdurava por nove anos (2001-2009). Nascido no dia 04 de agosto de 1961, no Havaí, Obama tem origem queniana e passou sua infância na Indonésia. Formou-se em Ciências Políticas pela Universidade Columbia e posteriormente em Direito na Universidade de Harvard, onde foi presidente da *Harvard Law Review*⁸⁶. De 1994 a 2004, representou por três mandatos o 13º distrito de Illinois no senado estadual e em 2000 concorreu ao Congresso dos Estados Unidos, mas sem sucesso.

Em novembro de 2008, o senador Barack Obama torna-se o primeiro presidente afrodescendente dos Estados Unidos. Tomou posse no dia 20 de janeiro de 2009 com dois terços da população americana acreditando que ele seria um bom presidente. Durante as eleições, Obama venceu o republicano John McCain, por uma diferença de 52% a 47% dos votos. As expectativas cercavam a Casa Branca e principalmente os setores mais liberais da população. Em 28 anos, apenas um democrata havia ocupado a presidência dos EUA, Bill Clinton de 1993 a 2001.

Com o slogan “*Yes, we can*”⁸⁷, a popularidade de Obama levou às urnas milhares de americanos esperançosos com o fim da chamada “Era Bush”. Sua imagem foi atrelada a palavras como “esperança” e “fim do governo do medo”, visando estabelecer uma distância com o governo anterior e focando em temas de reconciliação e mudança. Durante as eleições defendeu a reavaliação do envolvimento militar dos EUA, classificando as Guerras do Afeganistão e do Iraque como “guerra da necessidade” e “guerra da escolha”. Neste contexto, “acresceu a retirada do Iraque até 2011, o aumento de tropas no Afeganistão, a revisão da GWT”⁸⁸ (PECEQUILLO, 2010). A estréia de Barack Obama como presidente trouxe ao mundo grande esperança de mudanças estratégicas internacionais.

Abordaremos neste capítulo um sucinto relato sobre o governo Obama, com destaque as perspectivas do cenário internacional e sua oratória contrária à chamada “Doutrina Bush” e “Guerra contra o terror”. Neste contexto serão analisadas as diretrizes da política externa em

⁸⁶ Harvard Law Review é uma revista criada em 1887 por um grupo de estudantes de Harvard, nos EUA.

⁸⁷ “Sim, nós podemos” (tradução nossa). A poderosa oratória de Barack Obama foi comparada com governantes do porte de John Kennedy e Martin Luther King.

⁸⁸ A Guerra Global contra o Terror ou Global War on Terrorism (GWT), inicia-se com George W. Bush em decorrência aos atentados de 11 de setembro de 2001, como parte da estratégia global de combate ao terrorismo.

relação ao terrorismo, e a polêmica WikiLeaks até chegarmos ao foco principal, o último caso divulgado de espionagem envolvendo os Estados Unidos durante o segundo mandato de Barack Obama: o caso Edward Snowden.

5.1 Um Panorama

O governo Obama começou com grandes expectativas, por um lado à perspectiva de mudar os rumos econômicos do país, devido sua posse ocorrer em meio a maior crise financeira desde 1930, e por outro, os créditos que os atores da comunidade internacional depositaram em seu governo com a responsabilidade de mudar as direções adotadas pela política externa e principalmente pela chamada “guerra ao terror” que mantinha um destaque durante a gestão de Bush, marcado por um discurso bélico e avesso as instituições multilaterais.

Neste sentido, era esperado um maior diálogo com a ONU e a retirada das tropas do Iraque e Afeganistão. O fechamento da prisão em Guantánamo, onde havia pelo menos 250 suspeitos de terrorismo detidos desde 2008, sem acusação formal ou direito a julgamento, era aguardado pela comunidade internacional.

No dia 22 de janeiro de 2009, Obama assinou um decreto-lei que tinha por objetivo fechar a prisão de Guantánamo durante o primeiro ano de seu governo e proibir os abusos que eram cometidos durante os interrogatórios, além disso, decretou também o fim de todos os centros secretos da CIA espalhados por todo o mundo. Entretanto, em 2010, a prisão continuava aberta. Em uma entrevista coletiva na Casa Branca, Obama afirmou que continuava trabalhando para o fechamento da prisão, e que entre as promessas de campanha, essa teria sido uma que fracassou⁸⁹.

Entre os pontos que merecem um maior destaque está a mudança na retórica de Obama em relação ao contraterrorismo. No início de seu mandato, Obama faz uma alteração, o que antes era chamado de “guerra ao terror” torna-se uma luta contra ideologias extremistas, indicando um retorno a política de seu antecessor ao modo que os terroristas devem ser julgados. Neste sentido, Obama declara no documento de Estratégica de Segurança Nacional (NSS) que sua guerra não seria contra o terror, mas sim contra a Al-Qaeda⁹⁰:

⁸⁹Fonte:<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/09/10/interna_mundo,212403/index.shtml> Acesso em: 30 out 2014.

⁹⁰Fonte:<<http://www.defense.gov/news/2008%20national%20defense%20strategy.pdf>> Acesso em: 30 out 2014.

We will always seek to delegitimize the use of terrorism and to isolate those who carry it out. Yet this is not a global war against a tactic—terrorism or a religion—Islam. We are at war with a specific network, al-Qa’ida, and its terrorist affiliates who support efforts to attack the United States, our allies, and partners⁹¹ (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2010).

Em 2010, o presidente americano Barack Obama anunciou o lançamento da Estratégia de Segurança Nacional (NSS-2010), com o título “Um Guia Para Alcançar o Mundo que Desejamos”, substituindo a antiga Doutrina Bush de 2002. A nova Doutrina é marcada por um tom progressista decorrente da nova percepção do mundo e do papel de liderança que os Estados Unidos ocupam no cenário internacional.

A nova NSS-2010 se opõe ao unilateralismo, unipolarismo e prevenção presentes na antiga Doutrina, abordando o multilateralismo, multipolarismo e a cooperação, entre outros temas referentes à globalização, como sociais, ambientais, direitos humanos visando o bem estar da sociedade americana. A NSS a respeito do multilateralismo afirma que:

Em anos recentes, a frustração da América com as instituições internacionais nos levou a nos engajar no sistema das Nações Unidas em uma base ad hoc. Mas em um mundo de desafios transnacionais, os EUA precisam investir no fortalecimento do sistema internacional, trabalhando dentro das instituições internacionais e suas estruturas para enfrentar estas imperfeições e mobilizar a cooperação transnacional (NSS, 2010 apud PECEQUILO, 2010).

No que diz respeito a Al-Qaeda e seus aliados, o risco de proliferação surge como prioridade na agenda NSS-2010, assim como a reelaboração de acordos e parcerias. Conforme Pecequilo (2010) “a nova NSS-2010 recomenda a elaboração de uma abordagem integrada de segurança, mesclando componentes internos aos externos para garantir a integridade nacional”.

Porém, o discurso da nova Doutrina de Obama, foi confrontado devido a práticas opostas a sua retórica, Pecequilo⁹² lembra que:

[...] dois episódios, quase que simultâneos a sua divulgação ilustram este descompasso: a crise da Faixa de Gaza e o apoio ações de repressão de Israel neste território, em detrimento da promessa de equilíbrio na NSS, e a busca de sanções unilaterais e no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) contra o

⁹¹Sempre tentaremos deslegitimar o uso do terrorismo e isolar aqueles que o praticam. Não é uma guerra mundial contra uma tática - o terrorismo - ou uma religião - o islamismo. Nós estamos em guerra contra uma rede específica, a Al-Qaeda, e os terroristas que apoiam seus esforços de atacar os Estados Unidos e nossos aliados. (Tradução nossa) Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf> Acesso em: 30 out 2014.

⁹²Cristina Soreanu Pecequilo, As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010), Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010, p. 11 a 17.

programa nuclear do Irã, na sequência da conclusão do Acordo Tripartite Brasil-Turquia-Irã sobre o mesmo tema, a despeito das promessas de maior legitimação às ações de potências regionais emergentes. As pressões de grupos de interesses e comportamentos tradicionais em temas de elevado peso na agenda norte-americana sobrepuseram-se à nova grande estratégia (PECEQUILLO, 2010).

As denúncias de tortura durante o governo Bush permaneceram sem investigação e a decisão de Obama em não processar agentes da CIA acusados de tais práticas, provocou críticas a sua administração. Conforme o relator especial da ONU, “The United States, like all other states that are part of the UN convention against torture, is committed to conducting criminal investigations of torture and to bringing all persons against whom there is sound evidence to court”⁹³ (BBC, 2009). Mesmo com os documentos publicados com as técnicas de interrogatório aprovadas para o uso da CIA, Obama garantiu que os agentes não serão processados⁹⁴.

Em entrevista à Folha (2010)⁹⁵ pesquisadores da *Human Rights Watch* (HRW)⁹⁶ e Anistia Internacional (AI)⁹⁷ avaliaram que o governo de Barack Obama manteve as mesmas diretrizes de George W. Bush, ao recusar às investigações e impedir que as vítimas processem militares, declarando que isso causaria riscos à segurança nacional. Sobre os poucos julgamentos de oficiais americanos, a Anistia declarou que estes foram conduzidos somente por tribunais militares e não cortes civis, prejudicando a transparência dos veredictos.

Durante a entrevista, Andrea Prasow, conselheira-sênior para assuntos de contraterrorismo da HRW, afirmou que a responsabilização é um dos fatores mais cruciais da Convenção de Genebra⁹⁸, e que os EUA vêm ignorando nos últimos anos. “Estamos profundamente desapontados com a falta de justiça. A administração Obama decidiu seguir os padrões Bush, impedindo que civis vítimas de abusos abram processos contra oficiais, mantendo estes assuntos como segredo de segurança nacional”. Lembrando que a procuradoria geral dos EUA deu um mandato ao procurador-federal John Durham para

⁹³Fonte: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8006597.stm>> Acesso em: 31 out 2014.

⁹⁴Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090417_obamaciatortura_ba.shtml> Acesso em: 31 out 2014.

⁹⁵Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/791031-acusados-de-ignorar-direitos-humanos-no-iraque-eua-se-recusam-a-julgar-responsaveis.shtml>> Acesso em: 01 nov 2014.

⁹⁶ A Human Rights Watch (HRW) é uma organização internacional de caráter não-governamental que defende e realiza pesquisas sobre os direitos humanos. Com sede principal na cidade de Nova York, a organização possui escritórios em Amsterdã, Beirute, Berlim, Bruxelas, Genebra, Chicago, São Paulo etc. Os relatórios criados pela HRW têm por objetivo chamar atenção da comunidade internacional e investigar os casos de violação dos direitos humanos.

⁹⁷ A Anistia Internacional, foi fundada em 1961, com objetivo de denunciar as prisões políticas, torturas ou execuções. A organização não-governamental recolhe informações e se necessário envia missões para que sejam investigados julgamentos. A organização ganhou o prêmio Nobel da Paz.

⁹⁸ As Convenções de Genebra foram uma série de tratados que definiram as normas para a aplicação das leis internacionais relativas do Direito Humanitário.

investigar violadores da política estabelecida pelo Exército durante a guerra, afirmando que “[...] ele não recebeu autonomia para questionar as pessoas que criaram tais políticas. Se os EUA querem aprender com seus próprios erros, é difícil admitir uma investigação deste tipo”.

As diretrizes adotadas pelo governo Obama, apesar de possuir uma retórica contrária ao seu antecessor, revivem muitas vezes as políticas tradicionais enraizadas em solo americano. Entretanto, ainda restam muitas perspectivas para que se conclua até o final de seu mandato os pontos que ainda não foram terminados ou até mesmo iniciados em seu período a frentes dos EUA.

5.2 Política Externa

A demora de Obama para intervir em nome da OTAN, diante da guerra civil na Líbia significou para muitos uma fraqueza inaceitável diante do cargo que ocupa. Já para outros, a atitude representou uma mudança na postura adotada em relação ao governo de Bush, mantendo seu discurso e priorizando o multilateralismo. Apesar disso, muitos ainda garantem que a diferença está nos meios, mas que pouca coisa mudou nos fins, Stephen Walt (2011), afirmou que os Estados Unidos continuam “viciados em guerra” mesmo sendo liderados pelo ganhador do Nobel da Paz.

Para os americanos, a guerra ainda é vista como uma atividade legítima, enraizada ao decorrer da sua história. Stephen P. Rosen (2009) analisa que, duas culturas bem definidas de colonos marcaram a formação dos valores americanos, e seus princípios podem ser vistos até hoje: os escoceses e irlandeses (*Scots-Irish*) e os puritanos.

Os *Scots-Irish* eram acostumados ao clima de guerra nas fronteiras das Ilhas Britânicas, as disputas eram comuns desde a Idade Média. A honra e reputação para estes povos eram palavras de ordem, tornando assim, as guerras parte do cotidiano. Já os puritanos, apesar de menos rústicos não eram menos violentos. Para eles, a violência devia ser “socialmente autorizada” por seus costumes ou pelas leis. A guerra deveria ser justa e em favor de alguma causa.

Mas foi na virada do século XX, com a consolidação do território, que surge o debate entre isolacionistas e intervencionistas. Para Nasser (2010), o modo americano trazia claros benefícios para o povo, sendo assim, por que não transferi-lo para o restante do mundo? Durante a guerra contra a Espanha, em 1898, os EUA passam a seguir este raciocínio e

adquirem uma postura intervencionista, usando muitas vezes a força para difundirem seus valores e garantirem sua segurança.

Desta maneira, para Nasser (2010) duas doutrinas passaram a influenciar o intervencionismo estadunidense, a empírica (realista) agindo de maneira racional para atender seus interesses, e a dogmática (idealista) usando suas experiências democráticas para levar seus valores ao restante do mundo, tornando estes mais seguros. Desta maneira, nasce uma espécie de império, uma mescla de superioridade racial e segurança nacional, incorporada por Theodore Roosevelt⁹⁹ no século XX.

Nasser (2010) aponta que, princípios como da “soberania condicional”, em que os EUA acreditavam ter a responsabilidade e o direito de avaliar se as nações estariam cumprindo seus deveres de entidade soberana, formaram normas como a Emenda Platt em 1901, que autorizava a intervenção militar (em Cuba) caso provada a incapacidade de autogovernar-se ou se a segurança dos EUA estivesse ameaçada. Neste caso, é visto a preocupação idealista com a “falta de democracia” e a realista, com a sua segurança nacional. Para Nasser (2010), a história do país aponta que democracia e guerra para os EUA não são incompatíveis, a guerra tornou-se fundamental e necessária para a construção da identidade americana.

Apesar do histórico intervencionista e da propensão que os Estados Unidos têm para a guerra, Obama tem enfrentado desafios constantes em sua política externa¹⁰⁰. Com a promessa de mudar as diretrizes de seu antecessor, Obama em seu segundo mandato deparou-se com desafios imediatos, por exemplo, o anúncio da secretária de Estado Hillary Clinton, que não pretendia continuar no cargo. Para sua substituição foram considerados nomes como John Kerry, Thomas Donilon e Susan Rice. Em fevereiro de 2013, John F. Kerry assumiu o cargo.

Outro ponto de extrema importância trata-se da questão nuclear iraniana, considerado por analistas como a mais emergencial de segurança. A Casa Branca, apesar da pressão do governo israelense em 2012, sinalizou que pretendia retomar as negociações com o país persa. Em janeiro de 2014, um acordo com Teerã, alçado em novembro, entrou em vigor prevendo que o Irã permitiria o acesso de inspetores nucleares ao país e suspenderia parte do seu

⁹⁹ Theodore “Teddy” Roosevelt, republicano, assumiu a presidência dos EUA de 1901 a 1909, após o falecimento de William McKinley.

¹⁰⁰Fonte: <<http://www.opcu.org.br/2012/11/07/obama-enfrenta-desafios-imediatos-em-politica-externa/>> Acesso em: 02 nov 2014.

programa de enriquecimento de urânio¹⁰¹. Durante a última semana, 09/11/2014, os Estados Unidos e Irã tentar alcançar um acordo, conforme declarou Obama: “Continuam existindo diferenças importantes. Quiçá não consigamos.” O Irã nega que seu programa tenha objetivos militares e garante que é exclusivamente civil. Os principais pontos de negociação estão os níveis de enriquecimento de urânio e o ritmo de levantamento das sanções econômicas, o presidente norte americano declarou que “Agora a pergunta é se poderemos superar essas diferenças para que o Irã possa reintegrar a comunidade internacional, que as sanções sejam suspensas e que tenhamos garantias comprovadas e firmes de que uma bomba nuclear está sendo desenvolvida (CORREIO BRAZILIENSE, 2014).¹⁰²

Outra questão é a crise da Síria, países como a Turquia pressionam por uma intervenção militar dos EUA, porém a administração de Obama em 2012 rejeitou a possibilidade e se recusou a armar a oposição Síria. O avanço do grupo Estado Islâmico (EI) provocou a reação dos Estados Unidos, que voltaram a intervir no Iraque após três anos da retirada de suas tropas. Obama foi eleito com a promessa de trazer os soldados em missão no Iraque, no seu discurso disse que não queria uma nova guerra “Não vamos enviar soldados para lutar em terra”, afirmou após anunciar que o seu país irá liderar uma grande coalização internacional para “Destruir o Estado Islâmico (EI) ¹⁰³”.

No Afeganistão, o presidente em 2012 planejava a retirada das tropas de combate até 2014. As tropas continuam até o final do ano estipulado por Obama, se retirando aos poucos até a total retirada em 2016 e a partir do ano que vem, o objetivo será focado nas “operações de luta contra os terroristas da Al Qaeda”, porém, a confirmação ainda depende de um Tratado bilateral de segurança (BSA). O presidente norte americano, retirou as tropas do Iraque em 2011 e se cumprir as promessas relacionadas ao Afeganistão, colocará um ponto final no conflito de anos antes do final de seu mandato. “Eu acho que os americanos entenderam que é mais difícil terminar guerras do que começá-las [...] o Afeganistão não é um lugar perfeito, e não são os Estados Unidos que vão mudar isso” afirmou Obama¹⁰⁴.

Poucos meses antes de chegar à metade de seu segundo mandato, Obama falou sobre a visão da política externa dos EUA, na Academia Militar de West Point e explicou as diretrizes

¹⁰¹Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140111_acordo_nuclear_ira_mdb> Acesso em 03 nov 2014.

¹⁰²Fonte: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/11/09/interna_mundo,456769/estados-unidos-e-ira-buscam-acordo-sobre-programa-nuclear-iraniano.shtml> Acesso em: 03 nov 2014.

¹⁰³Fonte: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/08/avanco-jihadista-fez-estados-unidos-voltarem-intervir-no-iraque.html>> Acesso em: 03 nov 2014.

¹⁰⁴Fonte: <<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20140527-obama-anuncia-retirada-total-de-tropas-americanas-do-afeganistao-ate-2016>> Acesso em: 03 nov 2014.

da liderança nos próximos anos. Descartou o isolacionismo¹⁰⁵ e citou a importância de proteger o mundo de riscos como o terrorismo e a proliferação nuclear, porém negou que isso signifique uma intervenção militar diante dos conflitos. O presidente espera combater as ameaças descentralizadas e fortalecer a parceria com países aliados e a capacidade destes países para vencer o terrorismo. Para Obama, a força dos EUA está na capacidade de afirmar o Direito Internacional por meio de suas ações e ainda defendeu que os EUA estão prontos para agir unilateralmente caso necessário.

5.2.1 Guantánamo

O centro de detenção estadunidense da Baía de Guantánamo, em Cuba, foi inaugurado em 2002, como parte das estratégias antiterrorismo da Doutrina Bush. Após o 11 de setembro¹⁰⁶, diversos indivíduos foram presos ao serem considerados de alta periculosidade, porém não puderam ser julgados por não haver acusações formais ou por terem sido torturadas. As ordens presidenciais para o fechamento de prisão militar da Baía de Guantánamo se baseiam na tortura existente e no não-cumprimento dos padrões de tratamento humano conforme a Convenção de Genebra.

A proibição da tortura e a revisão da política de detenção em Guantánamo, apesar de ter iniciativas de poder brando têm por objetivo revigorar positivamente a visão deteriorada dos Estados Unidos perante o sistema internacional, mas não representam o fim da guerra contra o terrorismo. O presidente Barack Obama, em esforços para fechar a prisão, sugeriu a retomada gradual da transferência de prisioneiros para o Iêmen, que foram interrompidos devido a uma percepção do aumento de insegurança no país.

A manutenção da prisão, cujo fechamento foi estabelecido ainda nas eleições por Obama, tem um custo de US\$ 150 milhões, além de ser vista como um desrespeito ao direito internacional e aos direitos humanos. O caso ainda é um desafio da administração Obama, entretanto, alguns agentes de inteligência (CIA) acreditam que ex-detentos estariam por trás de ataques como o caso do consulado dos EUA na Líbia. O suspeito teria saído da prisão em

¹⁰⁵ O Isolacionismo era adotado pelos EUA antes da eclosão da Guerra Fria, em que deixaram de lado a política isolacionista, na qual se mantinham afastados dos outros Estados, para uma política intervencionista. O Plano Marshall teve grande participação nesta mudança de paradigma.

¹⁰⁶ O atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 coordenado pelo grupo terrorista Al-Qaeda, foi responsável pela coalisão de dois aviões contra as Torres Gêmeas – World Trade Center, na cidade de Nova York, matando centenas de pessoas. O terceiro avião colidiu contra o Pentágono, sede do departamento de defesa dos EUA e o quarto avião em um campo aberto após os tripulantes tentarem retomar o controle. O atentado reforçou a política antiterrorista dos EUA e a guerra contra o terror da Doutrina Bush.

2007 e ao retornar a Líbia, assumiu um posto de liderança na Ansar al-Sharia, uma milícia ligada ao grupo terrorista al-Qaeda. Os agentes americanos teriam interceptado comunicações entre os grupos islâmicos no dia do ataque que matou o diplomata Christopher Stevens e outros funcionários do consulado (OPEU, 2012).

5.3 Polêmica WikiLeaks

Nesta sessão abordaremos a trajetória do WikiLeaks, passando pelos principais fatos e consequências referente aos Estados Unidos da América. As divulgações do WikiLeaks embora sejam um caso recente que ainda divide as opiniões, tornou-se fundamental como objeto de análise da relação entre a utilização e divulgação de arquivos confidenciais, segredos de Estado e a espionagem no século XXI.

O WikiLeaks foi fundado em 2006, e tinha por objetivo “levar notícias e informações importantes que devem ser conhecimento público”¹⁰⁷ e “documentos secretos revelando a má conduta de governos, empresas e instituições”¹⁰⁸. Ficou conhecido em Abril de 2010, após a publicação de um vídeo que mostrava soldados norte-americanos dentro de um helicóptero atacando civis desarmados no Iraque.

A ideia do WikiLeaks era criar um site em que qualquer pessoa que obtivesse provas de comportamentos abusivos ou ilegais pudesse publicá-las online, como ocorre em sites de pesquisa como *Wikipédia*. O site diz possuir meios tecnológicos para garantirem a segurança e anonimato de suas fontes e garantem que nenhum material é publicado sem passar por uma minuciosa análise para descobrir a veracidade da informação¹⁰⁹.

Segundo Natália Viana, jornalista brasileira que faz a apresentação do livro de Julian Assange, meses após o primeiro vazamento, em julho, o site publicou cerca de 75 mil relatórios militares a respeito da guerra no Afeganistão, comprovando centenas de assassinatos de civis pelas forças estadunidenses. Em outubro do mesmo ano, foram publicados mais 400 mil relatos “sobre a ocupação no Iraque, provocando a constante tortura contra prisioneiros¹¹⁰.” Já em novembro, o maior vazamento de documentos secretos veio à tona, não só para a organização como também para a história de vazamentos de documentos secretos.

¹⁰⁷ Fonte: < <https://wikileaks.org/About.html> > Acesso em: 04 nov 2014.

¹⁰⁸ ASSANGE, Julian. *Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.10. Disponível em: <http://resistir.info/vari0s/assange_livro_port.pdf>

¹⁰⁹ Fonte: <<https://wikileaks.org/About.html>> Acesso em: 04 nov 2014.

¹¹⁰ ASSANGE, 2013, p.11.

O projeto de nome “Cablegate” incluía documentos de comunicação produzidos em 247 embaixadas americanas espalhadas pelo mundo. A divulgação gerou grande impacto na opinião pública, revelando pedidos, por exemplo, da ex-secretária de Estado Hillary Clinton para que diplomatas espionassem e coletassem diversos dados de representantes na ONU. A publicação destes documentos, contou com a participação de jornais de destaque como *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde*, *El País* e *Der Spiegel*. O soldado americano Bradley Manning, foi responsabilizado pelo vazamento, não por quebra na segurança do WikiLeaks, mas sim por ter confessado em um chat ter sido a fonte para que os documentos espalhassem-se pelo mundo. O ex-soldado permaneceu cerca de 880 dias preso e conforme um relator da ONU, Juan Mendes, em condições “cruéis e desumanas”.¹¹¹

Apesar de Assange, após o episódio “Cablegate”, permanecer em prisão domiciliar durante o período, não pararam as divulgações, conforme conta Natália:

Nesse meio tempo, a organização publicou setecentos arquivos sobre prisioneiros de Guantánamo, revelando inclusive detalhes dos interrogatórios; 2 milhões de e-mail do governo da Síria; centenas de propagandas de empresas de vigilância e espionagem digital; e centenas de documentos secretos do Departamento de Defesa dos EUA sobre suas políticas de detenção militar.

O Cablegate, Collateral Murder ou War Logs, como essas publicações ficaram conhecidas, foram responsáveis pela iniciativa contínua dos Estados Unidos e seus aliados para destruir o WikiLeaks. O governo americano lançou em resposta as divulgações uma investigação criminal não somente contra o órgão e seus associados, mas também contra Julian Assange. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos junto com o FBI estudavam as possibilidades de acusar os envolvidos por “conspiração sob os termos do Espionage Act”¹¹². Quando foi divulgado o Cablegate, dezembro de 2010, políticos americanos queriam o assassinato extrajudicial de Assange, classificando o WikiLeaks como uma organização terrorista envolvida na ciberguerra.

O governo americano como meio de censura, pressionou provedores a removerem o WikiLeaks de seus servidores e negar serviços a eles. Ainda neste sentido, advertiu que os dados publicados continuavam sendo confidenciais e que o acesso por meio do órgão ou jornais seria considerado uma violação. A advertência não se restringiu apenas ao setor público, mas também as instituições acadêmicas e pesquisas via internet.¹¹³

¹¹¹ Idem, p. 12.

¹¹² Lei norte americana de espionagem.

¹¹³ Ibidem, p. 32

A pressão por parte do governo americano as instituições financeiras, conhecida por “bloqueio bancário”, fez com que Visa, Master Card, Pay Pal e Bank of America, bloqueassem qualquer transferência bancária e doações destinada ao WikiLeaks, porém esta ação está sendo conduzida sem qualquer processo judicial ou administrativo.

No que diz respeito aos vazamentos divulgados no WikiLeaks envolvendo os Estados Unidos, podemos citar alguns pontos conforme o artigo escrito por Matias Spektor (2011) “países árabes do Golfo Pérsico temem qualquer mudança no *status quo* entre Washington e Teerã [...] o governo paquistanês é um aliado dúbio e pouco confiável para os Estados Unidos [...] o governo americano mantém, sim, uma conta de mortes de civis no Iraque, contra aquilo que dizem as autoridades.” Para a diplomacia americana a divulgação de arquivos confidenciais requer extrema sensibilidade para as relações diplomáticas envolvendo diversos países.

Em um artigo para a Revista Política Externa, William Waack (2011), afirma que a exigência de que os governos não mantenham segredos é insustentável, uma vez que estes possam trazer danos irreparáveis: “Imagine-se o que teria acontecido se os segredos da fabricação da bomba atômica tivessem sido oferecidos publicamente em 1943”.

Julian Assange até o presente momento que este trabalho foi escrito, permanece na Embaixada do Equador em Londres, mas diz que ficará até breve. Acusado por crimes sexuais na Suécia, o fundador do WikiLeaks caso deixe a Embaixada devido ao pedido de extradição, será preso pelas autoridades britânicas imediatamente. O ex-soldado que entregou os documentos, foi condenado por vinte acusações, incluindo espionagem e roubo, mas não foi condenado pela acusação mais grave, que consistia em ajudar o inimigo, que previa uma possível prisão perpétua.

5.4 O Caso Snowden

As recentes revelações de espionagem envolvendo os Estados Unidos da América despertaram o mundo sobre a presente atuação dos serviços de inteligência ou serviços secretos, ainda utilizados para a obtenção de informações soberanas de Estados aliados ou inimigos. As informações divulgadas pelo ex-analista da NSA causaram grande polêmica e situações delicadas para a diplomacia americana, que entretanto, não demonstrou importar-se com a repercussão global de seus abusos. Neste último item do capítulo, trataremos sobre as

denúncias de Snowden, o envolvimento da NSA e a espionagem do governo americano no século XXI.

Edward Snowden quando decidiu entregar materiais valiosos que expunham a extraordinária capacidade de vigilância da agência secreta dos Estados Unidos, optou por estabelecer seus primeiros contatos de forma anônima com o jornalista Glenn Greenwald, que já havia coberto escândalos de espionagens não autorizadas da NSA e a documentarista Laura Poitras que já estaria envolvida no assunto devido a e-mails da mesma natureza aos enviados ao jornalista. No primeiro contato pessoalmente, Laura mostrou-se preocupada com as possíveis escutas “[...] o governo consegue ativar celulares e laptops remotamente para usá-los como escutas. Desligar o telefone ou laptop não impede essa utilização: apenas a remoção da bateria a evita” (GREENWALD, 2014).

O pedido de Snowden para que Glenn e Laura fossem até Hong Kong despertou a dúvida se realmente os materiais que seriam fornecidos existiriam e caso a resposta fosse sim, se teriam efeitos tão bombásticos quanto o informante afirmava. A prova veio em forma de pen drive, contendo diversos documentos de caráter sigiloso que somente a NSA possuía acesso. Agora, certo da existência dos documentos, Glenn precisaria de um respaldo institucional para publicar a notícia, que envolveria então o jornal que estava trabalhando como colunista há pouco menos de um ano, o *Guardian*. Após contatar a editora-chefe, Janine Gibson, sobre a notícia que estaria prestes a ter acesso, ela decide enviar junto a Hong Kong o jornalista veterano, Ewen MacAskill. Durante a viagem, Glenn teve acesso a novos materiais, que deixavam claro a coleta de dados dentro e fora dos Estados Unidos, durante o governo de Obama. O último arquivo visto pelo jornalista, continha as informações públicas do informante que se mantinha anônimo: Edward Joseph Snowden, agente secreto da CIA.

Um dos relatos de Snowden feito a Glenn, conta que no final de 2009, quando já estava desiludido e prestes a sair da CIA, começou a pensar em vazar informações que acreditava serem questionáveis. O deixou de fazer na época em virtude das promessas do início do mandato de Obama em corrigir os abusos que vinham sendo justificados pela guerra contra o terror, mas suas expectativas foram frustradas ao perceber que o governante não só dava continuidade como expandia cada vez mais os abusos cometidos. Neste sentido, voltou a trabalhar para NSA, como terceirizado, mas os fatos que observou perturbavam o ex-analista cada vez mais, percebendo o imenso poder de vigilância que os Estados Unidos possuíam em segredo.

Na medida em que o tempo passava, o treinamento de Snowden se intensificava, para que se tornasse um agente cibernético de alto nível “capaz de *hackear* sistemas civis e

militares de outros países para roubar informações ou preparar ataques sem deixar vestígios” (GREENWALD, 2012), deu aula de contra inteligência na China pela Agência de Inteligência de Defesa - DIA.

O PRISM, programa de vigilância global da NSA, mantido em segredo desde 2007, foi revelado como um coletor de vários tipos de dados dos usuários de diversos serviços virtuais, como por exemplo, Gmail, Skype, etc. Esse sistema permitia aos funcionários da NSA acessar todos os tipos de informações armazenadas, de empresas e centenas de milhões de pessoas que usavam a internet como principal meio de comunicação. O PRISM tinha como função coletar os dados que posteriormente seriam analisados e armazenados conforme o grau de importância para o governo norte-americano.

Outro programa de suma importância para a inteligência americana se resume a um programa de rastreamento de dados, que mostrava como as agências coletavam e analisavam bilhões de chamadas telefônicas e e-mails, o Boundless Informant:

Esse programa de coleta em massa de dados de telefonia foi uma das descobertas mais significativas em um acervo recheado com todo tipo de programa secreto de vigilância – desde a larga escala do PRISM (que envolveria a obtenção de dados diretamente dos servidores das maiores empresas de internet do mundo) e do PROJECT BULLRUN (“projeto corrida de touros”, esforço conjunto da NSA e de sua contraparte no Reino Unido, a Central de Comunicações do Governo, para burlar as formas mais corriqueiras de criptografia usadas para garantir a segurança das transações na internet) até empreitadas de menor escala, com nomes que refletem o espírito desdenhoso e fanfarrão da supremacia responsável por sua implementação: EGOTISTICAL GIRAFFE (“girafa egomaniaca”), cujo alvo é o navegador Tor, destinado a permitir a navegação anônima na internet; MUSCULAR (“musculoso”), que torna possível invadir as redes pessoais do Google e do Yahoo!; e OLYMPIA, o programa canadense destinado a vigiar o Ministério das Minas e Energia Brasileiro (GREENWALD, 2005, p. 101).

Apesar de grande parte da vigilância ser dedicada a suspeitos de terrorismo, Snowden deixava claro que os Estados Unidos haviam construído um sistema que eliminava toda e qualquer privacidade do mundo inteiro, espionando economicamente e diplomaticamente outros países. Diversos outros programas de vigilância em massa foram relatados ao jornalista Glenn.

No dia 22 de junho de 2013, os Estados Unidos apresentaram acusações formais contra o ex-agente, pelos vazamentos de documentos secretos do governo. Snowden foi acusado de espionagem, roubo e transferência de material confidencial. No dia seguinte, com a ajuda de Sarah Harrison, uma jornalista de nacionalidade britânica e editora do WikiLeaks, embarcou para Moscou, onde ficou detido no aeroporto enquanto tentava obter asilo na Embaixada do Equador.

O ex-analista da Agência Nacional de Segurança (NSA), desde o dia primeiro de julho de 2013, quando teve o pedido de asilo concedido por Vladimir Putin, vive em algum lugar não divulgado da Rússia. Posteriormente países como Venezuela e Bolívia também ofereceram asilo a Snowden. Em agosto de 2014, a Rússia aceitou o pedido para prolongar o asilo político ao ex-espião, para permanecer por mais três anos no país. O advogado Kuchenera, explicou que Snowden poderia obter cidadania russa após viver por cinco anos no país e que já pode mover-se livremente em território russo e viajar para o exterior por um período que não ultrapasse três meses. (OPERA MUNDI, 2014).¹¹⁴

As contribuições feitas por Edward Snowden ao divulgar documentos sigilosos do governo norte-americano revelaram como a atividade de inteligência e os casos de espionagem da NSA, são marcantes na história estadunidense. O que para muitos significaria uma mudança nas diretrizes da política marcada pelo fim da Era Bush, principalmente na parte externa, mostrou-se surpreendente com a intensificação dos serviços secretos e espionagem em massa dirigida pelo governo Obama.

¹¹⁴Fonte:<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37356/russia+aceita+pedido+de+snowden+e+prolonga+asilo+politico+de+ex-espiao+por+mais+3+anos.shtml>> Acesso em: 06 nov 2014.

CAPÍTULO 6 – UMA COMPARAÇÃO ENTRE TRUMAN E OBAMA

Este último capítulo se dedicará a analisar as semelhanças e diferenças entre os governos Truman e Obama, constituindo singelamente uma comparação entre eles. Apesar de governarem o Estado em épocas distintas, o discurso estadunidense modificou-se ou manteve uma linearidade? A política de Truman era justificada graças ao cenário? E após quase seis décadas que separam os Estados Unidos de Harry Truman e Barack Obama, o cenário e a política mantiveram-se as mesmas ou modificaram-se? Essas questões serão respondidas ao longo do capítulo, traçando um paralelo, sempre que possível entre dois presidentes norte-americanos que sem dúvidas marcaram a história dos Estados Unidos da América, cada um com suas peculiaridades.

6.1 Semelhanças e Diferenças entre os Governos

Harry Truman governou os Estados Unidos em um período sensível das relações internacionais, caracterizado pelo final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, em que se estabelecia uma nova configuração no sistema internacional: a Europa encontrava-se devastada, economicamente e militarmente, cenário contrário ao norte-americano, que possuía um forte arsenal nuclear e a lutava para se afirmar como potência mundial, frente à União Soviética, que em um ambiente hostil e propício para os conflitos, encontrava-se cercado pela desconfiança e o perigo iminente dos avanços socialista. Diante deste contexto, foram adotadas medidas que se baseavam na segurança, não só estadunidense como internacional.

Durante a Era Truman (1945-1953), os Estados Unidos enfrentavam a chamada “corrida armamentista”, caracterizada principalmente pela disputa da tecnologia nuclear, e usavam inúmeros meios para obterem informações secretas de seus inimigos. Os aumentos da atividade de inteligência nesse período foram significativos para o desenvolvimento da área, que apesar de usada desde a antiguidade não possuía realce nas ações dos dirigentes. A ampliação dos exércitos e o destaque da agenda voltado à área militar neste período eram de extrema importância, uma vez que, o mundo estava dividido em dois blocos: capitalistas (EUA) e comunistas (URSS).

Neste período, a política externa tinha como prioridade impedir um conflito nuclear e proteger as nações aliadas contra um desmedido avanço comunista, fundamentada na política

de contenção. O discurso de Truman era pautado pela “promoção da democracia”, embora em diversos locais tenha-se visto uma política contrária a este objetivo, caracterizado pelo fortalecimento dos regimes autoritários e expansão de projetos conservadores.

A Doutrina que levava seu nome e seus principais planos tinham basicamente dois objetivos: posicionar-se assumidamente como uma nação anticomunista (aniquilando os avanços) e afirmar a hegemonia estadunidense em uma época delicada, em que a derrocada União Soviética disputava os olhares e a cena internacional. Neste contexto dá-se início a guerra justa de Harry Truman.

O pensamento sobre a ética da guerra legitima a violência dos Estados contra as ameaças através da Teoria da Guerra Justa, aproximando duas perspectivas clássicas, o idealismo e realismo. Hugo Grotius¹¹⁵ procura responder a duas questões fundamentais: quando é permissível travar uma guerra? (*jus ad bellum*); e quais as limitações na maneira de ser travar a guerra? (*jus in bello*). A Guerra Justa é composta por três tópicos principais: a causa da guerra (*jus ad bellum*), a condução da guerra (*jus in bello*), e as consequências da guerra (*jus post bellum*).

A causa justa é o princípio fundamental para a Guerra Justa. Grotius (2004) divide a guerra em três tipos: guerra pública, guerra privada e guerra mista. Neste caso usaremos a guerra pública para a análise do nosso estudo. A guerra pública pode ser classificada em solene e não-solene; a guerra solene pode-se dizer que é justa na medida que implica uma regularidade formal.

Para que a guerra seja solene, são necessários dois requisitos: o que faz a guerra deve ser o responsável pelo poder soberano em sua nação e a guerra deve ser declarada, respeitando uma formalidade. Para ser considerada legítima, a guerra externa deve possuir três causas conforme Grotius (2004): defesa contra injúria, esta atual ou ameaçadora, mas não antecipatória; recuperação do que é legalmente devido ao Estado prejudicado e punição do Estado injuriador. Na primeira causa para ser considerada legítima a guerra, Grotius (2004) afirma que o perigo deve ser eminente, como no caso do perigo que a União Soviética torna-se durante a liderança de Truman.

Em suma, a Doutrina Truman consistia na formulação geopolítica de uma grande amplitude que sedimentou o conflito bipolar entre as duas nações. Utilizava-se um discurso

¹¹⁵ Hugo Grotius, jurista e holandês, é considerado o fundador do Direito Internacional, com grande influência sobre o pensamento racionalista e iluminista do século XVII. Em 1599 foi nomeado para o Tribunal de Haia e em 1625 escreveu “De Jure Belli ac Pacis” Sobre o Direito da Guerra e da Paz, sua obra mais importante. Desenvolveu a doutrina da guerra justa, que já havia sido estabelecida por St. Agostinho. Ocupou o cargo de embaixador da Suécia de 1634 até seu falecimento em 1645.

pautado na defesa norte-americana aos povos “livres”, que se estabeleceria sobre a necessidade de combater o comunismo e de garantir a liberdade e a democracia nas nações ocidentais. Esses preceitos tinham a finalidade de reafirmar os interesses norte-americanos de vigiar a política interna dos demais Estados europeus e assegurar que sua participação na nova configuração internacional não prejudicasse os interesses americanos.

Barack H. Obama, ao assumir a presidência norte-americana, deparou-se com a herança da “guerra contra o terror” do governo Bush. Após poucos anos do atentado ao World Trade Center, os Estados Unidos havia ampliado sua intervenção e dado início publicamente a “caçada aos terroristas”, principalmente Osama Bin Laden, fundador e líder do grupo terrorista *Al-Qaeda*. A promessa de mudança presente fortemente no discurso de Obama despertou a esperança de uma América mais justa e com mais créditos perante o cenário internacional, após uma série de ataques que resultaram em milhões de mortos.

Com a inauguração da Doutrina Obama, a política externa americana comprometia-se a diminuir as intervenções e os ataques envolvendo o país. No Iraque as forças militares foram retiradas como a promessa e no Afeganistão, o plano do presidente é que até 2016 sejam retirados todos os militares. Entretanto, o discurso de Obama não saiu exatamente igual à prática, muitos analistas avaliam que as diretrizes entre ele e o governo antecessor continuam as mesmas, dando continuidade, em partes à guerra injusta de George W. Bush.

Podemos verificar que, sempre que os Estados declaram guerra a outro Estado, constroem de uma maneira, ou de outra, uma justificativa para legitimar seus atos, normalmente pautadas na alegação que o outro promoveu um ato ilegal ou uma agressão. Deste modo, os governos buscam fundamentar suas iniciativas bélicas por meio da criação de uma doutrina que seja sustentada pela teoria da guerra justa.

Durante o governo Bush, a intervenção sem motivos legais para o envio de tropas principalmente ao Oriente Médio, se tornou parte dessa guerra injusta travada aos Estados que se comportavam diferente ou pudessem de alguma maneira atrapalhar os planos estadunidenses, pondo em cheque seu respeitável lugar de hegemonia mundial. A doutrina da guerra contra o terror iniciada pós o ataque de 11 de setembro de 2001, classificava o início de uma guerra justa para os Estados Unidos, pautada em uma atmosfera de medo e políticas de segurança em âmbito global.

Os casos de espionagem envolvendo os Estados Unidos, chamaram atenção de todo cenário internacional. Com acusações de violação dos direitos internacionais, Obama afirmou estar protegendo os EUA e todas as nações de grupos extremistas. A polêmica levantou diversas questões e uma ampla sensibilidade nas relações diplomáticas americanas. Os casos

não envolveriam apenas segredos de Estado, como tecnologias de empresas privadas e até a vida particular de alguns governantes. O presidente ainda afirmou que os países que detinham a tecnologia sem dúvidas não hesitariam em usá-las e apenas não fazia uso da mesma, os que não possuíam.

Embora os governantes Truman e Obama tenham estado à frente dos Estados Unidos em épocas distintas, há certa linearidade no "modo de se fazer, e conduzir a política". Truman em um ambiente favorável e justificado para o uso da espionagem como mecanismo de poder utilizava deste artifício para garantir a soberania dos EUA em um cenário dividido entre dois polos. Diante do perigo constante, que acreditava estar vivenciando, seu governo foi marcado por uma política extremamente anticomunista e enraizada pela contenção dos avanços socialista. O período pós-guerra, sem dúvidas serviu para realçar o poder americano e sua superioridade, a guerra como já foi dito, faz parte da construção da identidade americana.

Entretanto, a Era Obama enfrenta problemas adversos à época da Guerra Fria. A Guerra, declarada ou não, sempre esteve presente nas relações internacionais, apresentando conflitos diretos ou indiretos. No século XXI, a multiplicação de grupos terroristas reacendeu a "responsabilidade" que os EUA acreditam possuir e o direito de avaliar a condução das outras nações. Sem dúvidas que o ataque sofrido em solo americano, foi crucial para essa política mais forte e "justiceira". No que diz respeito à atividade de inteligência, mais precisamente a espionagem cometida por parte dos EUA durante o mandato de Obama, esta foi defendida pelos americanos como meio de prevenção contra ataques terroristas e defesa da segurança nacional e internacional. Mas ao infringirem o Direito Internacional e a Soberania dos Estados, estaria certo os Estados Unidos comandarem atividades deste porte?

6.2 A Importância da Inteligência na política norte-americana

A atividade de inteligência e a oposição da invasão de privacidade por parte do governo americano foi um fator de extrema importância para a própria fundação dos Estados Unidos. Em episódios ocorridos em séculos passados, os colonos americanos protestavam contra leis que permitiriam aos agentes britânicos saquear o que quisessem. Apesar dos colonos concordarem que os mandatos dos Estados em revistar pessoas, quando possuíssem indícios de infrações fosse um ato legal, a prática dessas mesmas revistas ocasionadas por mandatos genéricos se tornavam ilegítimos. Conforme Greenwald (2012), essa ideia foi enraizada no direito americano conforme a Quarta Emenda:

O direito dos cidadãos à segurança de sua pessoa, de suas casas, de seus documentos e de seus bens contra revista e confiscos não fundamentados não será violado, e só serão emitidos mandados mediante causa provável, sustentados por juramento ou declaração, e que descrevem em pormenores o local a ser revistado e as pessoas ou coisas a serem confiscadas (GREENWALD, 2012, pp. 12-13).

Entretanto, as práticas das atividades de inteligência em território americano fogem desses direitos de segurança físico, material e documentário. No começo do século XX, o Escritório de Investigação dos Estados Unidos, já monitorava correspondências e usava de grampos para que pudesse controlar quem se opusesse as políticas do governo. Durante a década de 70, uma investigação doméstica conduzida pelo FBI, descobriu que a agência teria rotulado diversos americanos como “subversivos” e que a espionagem era direcionada as pessoas conforme suas crenças políticas. Neste relatório, diversas pessoas foram apontadas como alvos da espionagem, entre elas figuras públicas como Martin Luther King e John Lennon.

A prática do abuso de vigilância estadunidense como visto, não se trata de um caso exclusivo do século presente, tão pouco somente é praticada pelos Estados Unidos. Os Estados que detêm a tecnologia para controlar e monitorar seu território interno e externo a usam em prol de suas políticas, uma vez que este “confere imenso poder a quem faz¹¹⁶”.

A Inteligência norte-americana ganha grande destaque durante o início da Guerra Fria, mostrando-se extremamente eficaz na disputa contra a União Soviética. No período pós-Guerra Fria, o país continuou fazendo uso da atividade e passou a inclui-la em suas políticas de governo, considerada um ato legal ou ilegal perante a Constituição americana ou o Direito Internacional e o princípio da Soberania de Estados. Conforme Greenwald (2012):

Nas últimas décadas, o temor relacionado ao terrorismo – intensificado pelos constantes exageros quanto ao risco real – vem sendo explorado por líderes norte-americanos para justificar uma ampla gama de políticas extremistas (GREENWALD, 2012, p. 15).

Com as mudanças ocorridas no cenário internacional, principalmente em relação à guerra propriamente dita, o surgimento de grupos terroristas intensificaram essas atividades para que pudessem ser evitados possíveis atentados. Desde que começaram a se intensificar essa vigilância, os meios de comunicações como a internet, aparelhos móveis e etc, transformaram-se em ferramenta de repressão e de extremo controle da população civil e

¹¹⁶ Greenwald, 2012, p.14.

mesmo chefes de Estado e empresas privadas ou organismos públicos como organizações internacionais.

Essas vigilâncias realizadas pelas agências de inteligência do Estado, em suma se caracterizam pelo monitoramento político, religioso, ético e cultural das nações que possam se transformar em conflitos ou possíveis problemas para a condução “tranquila” do Estado. Os Estados Unidos ainda são considerados por muitos analistas como a grande potência mundial. Donos de um visível nacionalismo e ar soberano a respeito de outras nações, o país continua a exercer o monitoramento em massa quase que global para garantirem esse papel de potência hegemônica.

De 1945 a 1953, enquanto Truman dirigia a presidência, a política era fortemente comandada pelas descobertas feitas pelas agências de atividades. Os espões infiltrados em território inimigo, ocupando cargos de confiança e destaque, permitiam aos Estados Unidos transmitir importantes informações para que avançasse na guerra sempre um passo a frente do oponente, fazendo jus ao real objetivo da inteligência para as tomadas de decisões. Neste período foram criadas as mais importantes agências secretas da história estadunidense para fazer frente aos avanços soviéticos e a incessante busca pela tecnologia bélica.

Durante o governo Obama, a atividade de inteligência mostrou-se fortemente presente com as denúncias feitas pelo ex-agente da NSA, Edward Snowden. Esses mecanismos sem dúvidas são usada para a formulação e tomada de decisões do chefe de Estado frente às ameaças e até acordos com outras nações. A atividade de inteligência mostrou-se se uma importância incontestável durante a história dos Estados Unidos, assim como a guerra, está enraizada nas origens da formação do poderoso Estado.

6.3 A utilização do discurso anti-terrorista como ferramenta de poder

É provável que a guerra e o discurso estejam ligados desde os tempos remotos da origem da humanidade, porém somente após a aparição da escrita tenha sido registrado pelos povos antigos. Os discursos certamente marcaram importantes partes da história, como o proferido pelo General Douglas MacArthur, em 1945, no final da Segunda Grande Guerra celebrando a paz restaurada; do primeiro ministro britânico Winston Churchill, no dia 05 de março de 1946, quando usa a expressão “*iron curtain*”¹¹⁷ para confirmar a divisão da Europa em duas partes. Martin Luther King, no dia 28 de agosto de 1963, quando discursou sobre seu

¹¹⁷ Cortina de Ferro (tradução nossa).

sonho de uma América e um mundo com igualdades raciais, intitulado por “*I Have a Dream*”¹¹⁸, que inspirou a campanha de Barack Obama e tornou possível seu discurso como primeiro presidente negro dos Estados Unidos, proferido no dia 04 de novembro de 2008. Outros líderes que não poderiam ser deixados de lado são Adolf Hitler em 1934, que manipulou milhões de alemães com sua poderosa oratória por uma “raça pura”, e Mahatma Gandhi, no dia 08 de agosto de 1942, liderando uma independência da Índia e a retirada do poder britânico dentro do país.

Os efeitos dos discursos sempre tiveram grande poder sob uma nação, os atentados do 11 de setembro de 2001 marcaram as diretrizes adotadas pelos Estados Unidos da América, fazendo com que Bush obtivesse os índices mais altos de popularidade já vistos na América, 90%. No primeiro momento após os atentados, o ex-presidente George W. Bush ainda não sabia com precisão a extensão dos ataques e suas reais consequências, mas prometeu ao país que iria “caçar e punir os responsáveis por esses atos covardes”.¹¹⁹ Iniciava-se a chamada “guerra ao terror”, dividindo aos olhos de Bush, o mundo em dois polos: quem estava com os EUA e quem estava contra o país.

Em seu discurso após o atentado Bush prometeu “[...] tomar todas as preocupações para proteger nossos cidadãos em casa e ao redor do mundo [...]”¹²⁰. Pautado no discurso anti-terrorista, a Era Bush foi marcada por guerras e invasões principalmente a países árabes. Em 2003, quando inicia a guerra ao Iraque para derrubar o ditador Saddam Hussein, atribui à invasão ao fato do país possuir armas de destruição em massa, letais para a segurança internacional e a continuidade da caçada aos terroristas (FOLHA, 2011).

Durante o governo da “mudança” como se rotulou o começo da Era Obama, o discurso antiterrorista como ferramenta de poder para que os Estados Unidos fizessem o que lhe parecia mais correto, parecia ter chego ao fim. O novo presidente durante toda sua eleição prometera adotar uma postura contrária ao que vinha arrastando-se por anos. Entretanto, como já foi visto a continuidade de algumas diretrizes do antigo governo mesmo com a mudança do chefe de Estado, entre elas o discurso antiterrorista.

Apesar de Barack Obama ser mais cauteloso e afirmar que nenhum Estado jamais conseguirá por fim aos grupos terroristas, como era da pretensão do ex-presidente quando inaugurou sua Doutrina, a ação continua sendo justificativa e ferramenta de poder para que os

¹¹⁸ Eu tenho um sonho (tradução nossa).

¹¹⁹Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/967481-presidente-bush-lancou-guerra-ao-terror-apos-ataques-de-1109.shtml>> Acesso em: 19 nov 2014.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7geADqY4I2w>> Acesso em: 19 nov 2014.

exageros do líder americano e uma sucessão de políticas extremistas comandadas pelo impositivo comando americano.

Mesmo que o discurso antiterrorista tenha sido inaugurado durante a presidência de Bush, e posteriormente sido continuado, mesmo que entrelinhas por Barack Obama, o período que se limita ao governo de Truman, também foi pautado por um discurso que gerou uma política que justificava todas suas ações: a contenção.

Baseado na política da contenção soviética, o ex-presidente americano utilizava, de maneira contundente, mas lícito, o que proferia em seus discursos como uma medida para frear a propagação do avanço comunista por toda a Europa e talvez pelo mundo. Como perigo eminente que a União Soviética apresentava-se e o medo das consequências da guerra, mesmo que “indireta”, Truman usou de todos os mecanismos que podia principalmente a oratória, para mostrar a nação americana e global o momento delicado que estariam vivenciando.

6.4 A justificativa norte-americana para o uso da espionagem

O que antes se tratava de apenas uma suspeita, torna-se certeza após as revelações do ex-agente da NSA, envolvendo os Estados Unidos no mais recente caso de espionagem e talvez o maior e mais polêmico da história americana. Segundo ele, o governo americano, sob a justificativa de garantir a segurança do país e de todas as nações contra o terrorismo, infringiu comunicações não só de suspeitos, como autoridades e instituições de países amigos, como o próprio Brasil e Alemanha.

Mesmo que as práticas tenham sido repugnadas e classificadas como uma ofensa no campo diplomático, com grande invasão a soberania dos Estados, nenhuma ação prática foi tomada para que tivesse fim o caso de espionagem exercido há anos pelos chefes de Estado. Devido à repercussão mundial e o desconforto diplomático, os Estados Unidos anunciaram que revisariam suas práticas pela Agência de Segurança Nacional, pela execução das espionagens denunciadas. Entretanto, isso deverá servir para que os EUA fortaleça sua segurança em torno da atividade, a fim de evitar novos escândalos enquanto se defendem de maneira rápida e prática alegando que a espionagem tem por objetivo combater o terrorismo.

As declarações feitas por Obama, não foram uma resposta direta as questões levantadas, mas sim uma pequena e sutil referência às críticas que a Casa Branca sofreu devido às atividades de espionagem feitas pela Agência de Segurança Nacional – NSA. Em seu discurso Obama afirmou que os EUA: “são excepcionais, em partes porque demonstramos

o desejo, através de sangue e riqueza, de defender não apenas nosso interesse próprio, mas os interesses de todos” (BBC, 2013) ¹²¹.

O caso não foi o primeiro a ser divulgado e certamente não será o último. Enquanto novos casos não vêm à tona, os EUA continuaram se protegendo e alegando que a segurança nacional e mundial fazem parte da obrigação norte-americana e que os usos das ferramentas como a espionagem combatem a guerra ao terror que o mundo enfrenta no século XXI.

¹²¹ Fonte: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130924_obama_espionagem_ru> Acesso em: 19 nov 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho almejou analisar a espionagem norte-americana durante a Guerra Fria com a gestão de Harry Truman e o século XXI com o governo de Barack Obama, traçando um paralelo entre ambos os períodos, suas diretrizes adotadas na política externa e principalmente o uso da atividade de inteligência, influenciando nas suas decisões em momentos tão distintos do cenário internacional. Para isso, se tentou encaixar a história da atividade para uma maior compreensão e a teoria realista como pilar para o uso da espionagem e segurança internacional.

As transformações ocorridas no cenário internacional durante os períodos são de extrema importância para a evolução e adesão da atividade de inteligência dentro das políticas de Estado. Com um maior destaque durante o período bipolar, as atividades influenciaram e proporcionaram o desenvolvimento tecnológico no campo bélico para a consolidação da hegemonia norte-americana que perdura até os dias de hoje. Os questionamentos acerca do debate internacional produzido pelo vazamento dos documentos que comprovam as espionagens, sem dúvidas contribuíram para o avanço do estudo de temas relacionados, que apesar de novo e recente, irá refletir em novas perspectivas para campos das Relações Internacionais.

No primeiro capítulo, as Relações Internacionais apontam como se desenvolveu a prática da atividade de inteligência desde a origem da humanidade a criação avançada do modelo estadunidense. Os períodos das Grandes Guerras e da Guerra Fria acarretaram por grandes sofisticções no modelo de espionagem entre os governos, marcando a inclusão dos serviços secretos na agenda internacional, em períodos de guerras ou posteriormente em momentos de paz.

Em um segundo momento, mesmo com a complexidade e amplitude do campo das teorias das relações internacionais, o realismo foi inserido como meio de análise do sistema internacional objetivando explicar o comportamento dos Estados e as ações de seus dirigentes. Os conceitos muitas vezes estabelecidos por autores que deram origem ao pensamento realista como Tucídides e Sun Tzu, foram esculpido por autores como Maquiavel, Hobbes e Carr, que possibilitaram analisar a teoria em aplicações práticas de chefes de Estado.

Mesmo na conjuntura atual, a teoria realista se mostra presente no cenário internacional. A busca pelo poder dos Estados continua incessante e em algumas potências como nos Estados Unidos, o bem-estar conceituado por Maquiavel, justificando as ações do dirigente, é adotado na década de 60 ou no século XXI.

Os autores analisados mais profundamente, para um melhor entendimento da segurança internacional resumiram-se a Morgenthau com o realismo clássico e Waltz, precursor do neorealismo. Nessas vertentes é analisada a ânsia por poder pela natureza humana caracterizando as relações entre os Estados e o uso da força para fazer frente às ameaças encontradas dentro do sistema. A natureza anárquica de Hobbes, estudado dentro destas teorias e essa busca pelo poder formam um ponto crucial para compreender o comportamento dos Estados ao longo dos anos.

Esses conceitos estudados dentro da Teoria Realista são comuns ao observarmos às trajetórias de Truman e Obama, entretanto, as mudanças no cenário permitem fortes críticas ao atual presidente dos Estados Unidos. O sistema internacional delimitado pelo Direito Internacional e a Soberania dos Estados, tornam a violação cometida por Obama com os casos de espionagem, mais visíveis aos olhos de Chefes de Estados e tomadores de decisão, uma vez que as ações não se delimitaram apenas a suspeitos ou Estados que cometeriam ou encobertariam terroristas. Enquanto neste sentido, Truman vivenciando um período marcado pela guerra iminente e a corrida armamentista entre dois polos de poder, utiliza deste mecanismo pautado em motivos reais e evidentes aos olhos dos atores internacionais.

Em seguida analisamos a chegada de Truman a presidência norte-americana, em que havia herdado um cenário marcado pela Segunda Guerra Mundial. Como um dos responsáveis pelo lançamento atômico de Hiroshima e Nagasaki, resultou na rendição do Japão e o fim do conflito, contando com uma forte atividade de espionagem e interceptação de informações. Marcado por desafios, Truman mergulha na Guerra Fria, dispondo principalmente de agentes infiltrados na antiga União Soviética para moldar suas políticas e decisões frente ao novo conflito que eclodiu após a Segunda Grande Guerra.

Após seis décadas, o governo dos Estados Unidos é assumido por Barack Obama. Seu mandato é fortemente marcado por uma retórica contrária as suas ações e episódios de vazamentos de documentos e quebra de sigilo. A tentativa de superar os conflitos deixados por seu antecessor é visto com bons olhos pelos atores internacionais, entretanto no seu segundo mandato, as críticas marcam sua história. O caso WikiLeaks e Edward Snowden fizeram com que a diplomacia americana passasse por fortes momentos de sensibilidade, porém, seu poder no cenário internacional não trouxe efetivas “punições”.

Os Estados Unidos continuam sendo a potência econômica e militar que se estabeleceu no cenário pós-guerra. Sem rivais em potencial, continuam mantendo suas diretrizes semelhantes contra a chamada “guerra ao terror” mesmo com uma nova Doutrina inaugurada por Barack Obama. Pautado em um discurso de segurança internacional, utilizam políticas e

práticas que burlam e ferem os princípios básicos do direito internacional e a soberania dos Estados, continuando a intervir militarmente e economicamente em outros países, minando não só a segurança, mas também sua própria credibilidade no cenário internacional.

O último capítulo dedicou-se a uma análise entre Truman e Obama, evidenciando suas semelhanças e diferenças. Pautados pelo mesmo “poder norte-americano” enraizado em sua história, mas distanciados por cenários divergentes. Ambos os governantes pautam suas decisões nas informações adquiridas por meio da atividade de inteligência, fortemente presente na história e formação da potência americana.

Os capítulos deste trabalho visaram contribuir para uma maior reflexão e influências históricas da atividade de inteligência, marcada por governos em partes semelhantes e em partes distintos, em um cenário certamente modificado. A globalização e as novas questões que surgiram em torno da modernidade, principalmente dos meios de comunicações como a internet, permitiram uma rede mais ampla em torno do papel desempenhado pelas agências de segurança.

O conhecimento sobre as atividades de inteligência e seus papéis influenciadores nas decisões de chefes de Estados, torna-se cada dia mais importante em um mundo interligado. Esses últimos acontecimentos certamente abrirão caminho para novos temas de segurança internacional e atividade de inteligência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BIBLIA SAGRADA. Disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/>> Acesso em:

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **A Inteligência em defesa da sociedade, do Estado democrático de Direito e dos interesses nacionais**. Brasília: Abin, 2002

_____. **Relatório anual Abin 2002**. Brasília: Abin, 2002.

_____. **Salvaguarda de assuntos sigilosos: proteção ao conhecimento, legislação vigente**. Brasília: Abin, 2004. (Série Coletânea de Legislação, 4)

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ASSANGE, Julian. **Cyberpunks: Liberdade de expressão e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <http://resistir.info/varios/assange_livro_port.pdf>

AVANÇO jihadista fes Estados Unidos voltarem a intervir no Iraque. G1, São Paulo, 12 ago 2014. Disponível em: <g1.globo.com/mundo/noticia/2014/08/avanco-jihadista-fez-estados-unidos-voltarem-intervir-no-iraque.html> Acesso em: 03 nov 2014.

BEARDEN, Milt; RISEN, James: **O grande inimigo: A história secreta do confronto final entre a CIA e KGB**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2005.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Tradução: Sérgio Bath. São Paulo: Ed. UnB, 2002.

BUZAN, Barry. **People, States & Fear: An Agenda for International Security Studies in Post-Cold War Era**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo. Ed UNESP, 2012.

CAMARGO, J; SENHORAS, E. O fechamento da prisão de Guantánamo e os desafios da nova política externa estadunidense. **Meridiano** 47 n. 103, fev. 2009 [p.18 a 20].

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Unb, 1981.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antônio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutenses, 1995

CASTRO, Jorge. Kosovo e o novo sistema de segurança internacional. **Política Externa**. São Paulo. v. 8, n. 3, p. 98-113, dez.-fev. 2000.

CEPIK, Marco. **Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001. (Tese de doutorado em Ciência Política).

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CIA torture exemption 'illegal'. BBC News. 19 de abr 2009. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8006597.stm>> Acesso em: 31 de out 2014.

CINI, Michelle. **European Union Politics**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Traduzido por Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FARIAS, Regina M. B. **Revista Brasileira de Inteligência**. Abim. V.1 –N.1 Dezembro. Brasília/DF 2005. p. 85-89. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_4603bccb8b6cb.pdf> Acesso em: 22 out 2014.

FREGAPANI, Gelio. **Segredos da espionagem**: a influência dos serviços secretos nas decisões estratégicas. Brasília: Thesaurus, 2001. p. 13-14. Apud ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. **Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público**. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

FREGAPANI, Gelio. **Segredos da espionagem**: Os serviços secretos e as decisões estratégicas. Brasília: Thesaurus, 2001.

GERGEN, David. Entrevista com George Kennan. Ocorrida em 18/04/1996 e publicada em Essays and Dialogues. Disponível em <<http://www.pbs.org/newshour/gergen/kennan.html>> Acesso em: 30 de novembro de 2014.

GODSON, Roy. **Dirty tricks or trump cards**: U.S. covert action & counterintelligence. Washington: Brassey's, 3 ed, 2004.

GONÇALVES, Jonisval Brito. O controle da atividade de inteligência: consolidando a democracia. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, ano I, n. 1, dez. 2005.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GROTIUS, Hugo. **O Direito Da Guerra E Da Paz**, vols 1 e 2. Traduzido por Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004. Tradução de: De Iure Belli ac Pacis Libri Tres.

HERMAN, Michael. **Intelligence Power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HERMAN, Michael. **Intelligence services in the information age**. Londres: Frank Cass, 2001.

HILSMAN, Roger. **Informações estratégicas e decisões nacionais**. Tradução de Álvaro Galvão Pereira. Brasília: Presidência da República, Serviço Nacional de Informações, 1966. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90TAI208P1.pdf>> Acesso em: 16 out 2014.>

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

HOBBS, E. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBS, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/ América Latina. São Paulo: Cortez. 1998.

HUGHES-WILSON, John. **The Puppet Master**: spies, traitors and the real forces behind world events. London: Cassel, 2005.

KARNAL, L (et al.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KAUFMAN, B. John F. KENNEDY. **As World Leader**: a perspective on the Literature. Diplomatic History, 1993, v. 17, p. 447-469.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra**: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KENNAN, G. F. **The Sources of Soviet Conduct**. In: KENNAN, G. American Diplomacy. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

KENNAN, G. F. **America and Russian Future** (1951). In Foreign Affairs, Spring 1990.

KENNAN, G.F. **Memoirs**: 1925-1950. Little Brown and Company, 1992.

KENNAN, G. F. "X," The Sources of Soviet conduct. In **Foreign Affairs**, XXV. 1947.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências** – transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1989.

KISSINGER, H. **A Política Externa Americana**. Editora Expressão e Cultura. 1989.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KENT, Sherman. **Informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967.

KOVALENKO, Natalia. Segurança à maneira norte-americana: presidente Obama apresenta sua visão de novos desafios globais. Moscou, 25 set 2014. Disponível em: <http://portuguese.ruvr.ru/news/2014_09_25/Seguran-a-maneira-norte-americana-presidente-Obama-apresenta-sua-vis-o-de-novos-desafios-globais-1293/> Acesso em: 02 nov 2014.

LAFER, Celso. **Vazamentos, sigilo, diplomacia**: a propósito do significado do WikiLeaks. *Política Externa*, vol. 19, n.4 mar/abril/mai 2011.

MAGNOLI, Demétrio. **As origens da Guerra fria**. In: COGGIOLA, O. (org.). *Segunda Guerra Mundial. Um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 415-427.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Regina/Downloads/Dem%C3%A9trio%20Magnoli%20-%20Hist%C3%B3ria%20das%20guerras.pdf Acesso em: 10 set 2014.>

MAREK, Michael. 1947: Divulgada a Doutrina Truman. DW. Disponível em: <http://www.dw.de/1947-divulgada-a-doutrina-truman/a-305913> Acesso em: 16 out 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2a edição, trad. Maria Lúcia Carmo. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os arquitetos da política externa norte-americana**. São Paulo: EDUC, 2010.

NATIONAL DEFENSE STRATEGY. June, 2008. Disponível em: <<http://www.defense.gov/news/2008%20national%20defense%20strategy.pdf>> Acesso em: 30 de out de 2014.

NATIONAL Security Strategy. May 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf> Acesso em 31 out 2014.

NISZ, Charles. Wikileaks: EUA armaram Estado Islâmico e se recusaram a ajudar Síria no combate ao grupo. *Opera Mundi*, São Paulo, 12 ago 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/37414/wikileaks+eua+armaram+estado+islamico+e+se+recusaram+a+ajudar+siria+no+combate+ao+grupo.shtml>> Acesso em: 01 nov 2014.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. Lisboa: Gradiva, 2002.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

OBAMA anuncia saída de tropas dos EUA do Afeganistão até 2016. RFI. 27 maio 2014. Disponível em: <<http://www.portugues.rfi.fr/mundo/20140527-obama-anuncia-retirada-total-de-tropas-americanas-do-afeganistao-ate-2016>> Acesso em: 03 nov 2014.

OBAMA enfrenta desafios imediatos em política externa. OPEU, 17 nov 2012. Disponível em: <www.opeu.org.br/2012/11/07/obama-enfrenta-desafios-imediatos-em-politica-externa/> Acesso em: 02 nov 2014.

OBAMA não processará agentes da CIA por técnicas controvertidas de interrogatório. BBC UK 17 abr 2009. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090417_obamaciatortura_ba.shtml> Acesso em: 31 out 2014.

PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PECEQUILO, C. As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010), **Meridiano** 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010, p. 11 a 17.

POTÊNCIAS anunciam que acordo nuclear com o Irã entra em vigor em uma semana. BBC Brasil, 12 jan 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140111_acordo_nuclear_ira_mdb> Acesso em: 03 nov 2014.

PRESIDENTE Bush lançou “guerra ao terror” após ataques de 11/09. Folha de São Paulo, São Paulo 02 set 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/967481-presidente-bush-lancou-guerra-ao-terror-apos-ataques-de-1109.shtml>> Acesso em: 19 nov 2014.

PRESSE, France. Barack Obama anuncia estratégia antiterrorista dos EUA. Correio Popular, Campinas 24 nov 2014. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/05/capa/mundo/62722-barack-obama-anuncia-estrategia-antiterrorista-dos-eua.html> Acesso em: 02 nov 2014.

PRESSE, France. Estados Unidos e Irã buscam acordo sobre programa nuclear iraniano. Correio Braziliense, Brasília, 24 nov 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/11/09/interna_mundo,456769/estados-unidos-e-ira-buscam-acordo-sobre-programa-nuclear-iraniano.shtml> Acesso em 03 nov 2014.

PRESSE, France. Obama diz que fracassou em Guantánamo e quer julgamento por 11/09. Correio Braziliense, Brasília, 24 de nov de 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/09/10/interna_mundo,212403/index.shtml> Acesso em: 30 de out de 2014.

PRESSE, France. Republicanos criticam discurso de Obama sobre estratégia antiterrorista. Correio Braziliense, Brasília 24 nov 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2013/05/23/interna_mundo,367681/republicanos-criticam-discurso-de-obama-sobre-estrategia-antiterrorista.shtml> Acesso em: 02 nov 2014.

PUFF, Jefferson. Acusados de ignorar direitos humanos no Iraque, EUA se recusam a julgar responsáveis. **Folha de São Paulo**, 31 ago 2010. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo/791031-acusados-de-ignorar-direitos-humanos-no-iraque-eua-se-recusam-a-julgar-responsaveis.shtml> Acesso em: 01 nov 2014.

RAMINA, Larissa; FILHO, Valter. **Segurança Internacional**: desenvolvimento teórico, desafios concretos e paradoxos. Editora Juruá, 2013.

RAMONET, Ignácio. **Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças**. Petrópolis, Vozes: 2003.

ROSEN, Stephen Peter. **Blood Brothers: the dual origin of American Bellicosity**. The American Interest: Julho/agosto, 2009.

RÚSSIA aceita pedido de Snowden e prolonga asilo político de ex-espião por mais 3 anos. Opera Mundi, São Paulo 07jul 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37356/russia+aceita+pedido+de+snowden+e+prolonga+asilo+politico+de+ex-espiao+por+mais+3+anos.shtml>> Acesso em: 06 nov 2014.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. 2º Edição – Revista e Atualizada. Curitiba. Juruá Editora, 2013.

SARAIVA, J. (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. Ed. São Paulo. Editora: Saraiva, 2007.

SARAIVA, J. (org). **Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: IBRI: 2001.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. Editora Saraiva. São Paulo. 2005.

SHELDON, Rose Mary. Toga & Dagger: Espionage in Ancient Rome. In: MHQ: The Quarterly Journal of Military History (Autumn 2000). Disponível em <<http://www.historynet.com/espionage-in-ancient-rome.htm>> Acesso em: 29 ago 2014.

SILVA, Elisabete. Republicanos criticam estratégia antiterrorista de Obama. Dn Globo. 24 maio 2013. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3236857&seccao=EUA%20e%20Am%20E9ricas&page=-1> Acesso em 01 nov 2014.

SINGHT, Simon. **O livro dos códigos**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Ed.). **International Theory: positivism & beyond**. Cambridge: Cambridge U. P., 1996.

SPEKTOR, Matias. WikiLeaks nas Relações Internacionais. **Revista Política Externa**, vol. 19, n. 4, mar/abril/mai 2011.

TZU, SUN. **A Arte da Guerra**. Tradução: Armando Serra de Menezes. Rio de Janeiro. Bibliex, 2003.

UCHOA, Pablo. Obama promete rever espionagem, mas diz que mundo hoje é mais estável. BBC Brasil, 24 set 2013. Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130924_obama_espionagem_ru> Acesso em: 19 nov 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Da Guerra Fria à crise (1945-1990):** As relações internacionais contemporâneas. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O descompasso entre as nações.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

WAAK, William. Jornalismo e Diplomacia. **Revista Política Externa**, vol 19, n.4, mar/abril/mai 2011.

WHAT is Wikileaks? 05 jul 2011. Disponível em: <<https://wikileaks.org/About.html>> Acesso em: 03 nov 2014.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra:** uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Structural realism after the Cold War.** International Security, v.25, n.1, 2000.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais.** Tradução de Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Tradução: Carlos Sergio Duarte. Editora: UnB. São Paulo, 2002.

WOLOSZYN, André Luís. **Guerra nas Sombras:** os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo. Editora Contexto, 2013.